

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ROSIMERI NARDES DORNELLES**

**O ACESSO AO LAZER PARA OS IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS EM  
MUNICÍPIOS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL**

**São Borja  
2017**

**ROSIMERI NARDES DORNELLES**

**O ACESSO AO LAZER PARA OS IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS EM  
MUNICÍPIOS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Serviço Social  
da Universidade Federal do Pampa, como  
requisito parcial para obtenção do Título  
de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elisângela Maia  
Pessôa

**São Borja  
2017**

**ROSIMERI NARDES DORNELLES**

**O ACESSO AO LAZER PARA OS IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS EM  
MUNICÍPIOS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Serviço Social  
da Universidade Federal do Pampa, como  
requisito parcial para obtenção do Título  
de Bacharel em Serviço Social.


Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 7/7/2017.

Banca examinadora:



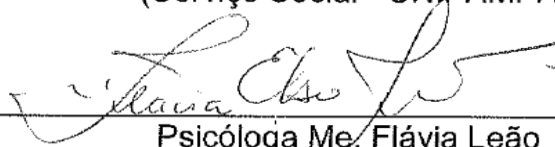
---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Elisângela Maia Pessoa  
Orientadora  
(Serviço Social - UNIPAMPA)



---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Simone Barros de Oliveira  
(Serviço Social - UNIPAMPA)



---

Psicóloga Me. Flávia Leão  
(Grupo Educacional Professor Roberto – Grupo Scalco – Clínica Scalco)

Dedico este trabalho aos meus pais, Tone e Mara, a minha avó, Maria Candida, aos meus irmãos (as) Suelen, Robson, Renata e Raquel, e ao meu amor, Ivan. Vocês foram a pessoas que incentivaram esta conquista, com compreensão e amor.

## AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus por me dar força e sabedoria para seguir em frente, superando todos os obstáculos, por iluminar os meus passos nessa caminhada, para que eu conseguisse realizar mais este objetivo.

Sou muito grata a Deus também por colocar ao meu lado pessoas maravilhosas como meus pais Tone e Mara, a minha avó Maria Candida, os meus irmãos (as) Suelen, Robson, Renata e Raquel, e o meu amor Ivan, os quais contribuíram para que eu concluísse essa etapa em minha vida.

Agradeço aos meus pais e a minha avó pelo apoio, incentivo, compreensão e amor, por estarem ao meu lado em todos os momentos desta caminhada. Obrigada pelo apoio. Amo vocês.

Aos meus irmãos (as), agradeço pelo carinho com que me incentivaram, o apoio em todos os momentos e por estarem presentes em minha vida. Muito obrigada.

Agradeço ao Ivan, meu amor, pelo seu carinho e compreensão que me dá forças a continuar, por estar sempre junto a mim em todos os momentos, por me incentivar, ajudar, por me dar força e coragem. Você é um anjo em minha vida. Obrigada amor, por tudo. TE AMO.

À todos os colegas, em especial a duas pessoas que se tornaram minhas amigas Indira Morais e Séfora Oliveira. Obrigada meninas pela amizade e por estarem presentes em minha vida desde o início do curso.

Agradeço a minha orientadora Elisângela Maia Pessôa que esteve junto comigo na elaboração do TCC, por contribuir com seus conhecimentos na produção desse trabalho. Obrigada Elisângela.

Por fim, agradeço à minha banca por aceitar o convite, em especial à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elisângela Maia Pessôa, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Simone Barros de Oliveira e a Psicóloga Me. Flávia Leão. Obrigada por aceitarem e contribuírem com seus conhecimentos.

“Você nunca sabe que resultados virão de sua ação. Mas se você não fizer nada, não existirão resultados”.

Mahatma Gandhi

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objeto de estudo a compreensão do lazer em Instituições de Longa Permanência. Sendo o objetivo geral analisar se as Instituições de Longa Permanência compreendem a importância do acesso ao lazer para os idosos institucionalizados. A pesquisa conta com um tema de interesse comunitário, visto que os gestores, funcionários e idosos são parte integrante da comunidade. Essa pesquisa foi importante para que a academia assim como a sociedade tivessem conhecimento se as Instituições de Longa Permanência visavam como fundamental a importância do acesso ao lazer para os idosos. O método adotado para a realização deste estudo foi o dialético-crítico, que tem a totalidade, a historicidade e a contradição como categorias centrais. A pesquisa foi de tipo qualitativa e de natureza exploratória. A coleta de dados foi realizada em duas Instituições de longa Permanência, sendo entrevistada uma representante de cada Instituição. A análise foi executada por meio de análise de conteúdo. A partir das entrevistas observou-se que as atividades propostas para os idosos são principalmente em torno de jogos. Existe a carência de mais profissionais preparados para a aplicação dessas ações de lazer, assim como o trabalho interdisciplinar para a preparação e realização das mesmas. Há um plano sistematizado de lazer, o qual é elaborado somente pela profissional recrecionista. É constante a frequência de atividades nas Instituições, porém as Instituições esbarram em alguns desafios que dificultam e até mesmo impedem a realização do lazer. Conforme as respostas das entrevistas há observações de desafios que as Instituições em geral podem se deparar ao realizar as atividades, ficando a proposição de ações condicionada a agentes externos, dessa forma as instituições compreendem o lazer como significativo e necessário, mas ainda caminham para melhorias nas atividades ofertadas.

Palavras-chave: Idosos. Lazer. Instituição de Longa Permanência.

## **ABSTRACT**

The present Work of Course Conclusion has the study objective of the institutional understanding of recreation in Long Permanence Institutions. Being the general objective to analyze if the Long Permanence Institutions understand the importance of recreation access to institutionalized elderly. The search counts with a theme of community interest, has the managers, employees and elderly are integral part of community. This search was important so the academy, as the society, could have the knowledge if the Long Permanence Institutions would have aimed for the importance to recreation access for the elderly. The adopted method made for this study realization was the dialectical-critical that has the totality, the historicity and the contradiction as central categories. The search was of the qualitative type and exploratory nature. The data collection was realized in two Long Permanence Institutions, being interviewed one representative of each institution. The analyze was executed by means of content analyze. Starting from the interviews it was observed that the proposed activities to the elderly are, mainly, around games. There exist the lack of more prepared professionals to the application of recreational actions, as with the interdisciplinary work to the preparation and realization of the same. There is a systematized recreation plan that is elaborated only by the recreationist professional. It is constant the frequency of recreation activities in institutions, however the institutions stumble in some challenges that hamper and even prevent the recreational realization. According to the interview answers there is observations of challenges that the institutions, in general, can come across when making the recreation activities staying the proposition of actions conditioned to external agents, this way the institutions understand the recreation like significant and necessary, but still walk to improve the offered activities.

Keywords: Recreation. Elderly. Long Permanence Institution.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AVDs** – Atividades da Vida Diária

**BPC** – Benefício de Prestação Continuada

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ILPs** – Instituições de Longa Permanência

**LOAS** – Lei Orgânica de Assistência Social

**PNAS** - Política Nacional de Assistência Social

**SIPPEE** – Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão

**SUAS** – Sistema Único de Assistência Social

**TCLE** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>11</b> |
| <b>2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>  | <b>15</b> |
| <b>2.1 O Método e Suas Categorias.....</b>   | <b>17</b> |
| <b>2.2 Tipo de Pesquisa e Coleta de Dados.....</b>   | <b>22</b> |
| <b>2.3 Análise dos Dados .....</b>   | <b>25</b> |
| <b>3 INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA NO BRASIL .....</b>  | <b>28</b> |
| <b>3.1 Trajetória Histórica das Instituições de Longa Permanência no Brasil .....</b>  | <b>28</b> |
| <b>3.2 Leis e Políticas de Atendimento ao Idoso no Brasil.....</b>   | <b>34</b> |
| <b>3.3 Motivos e Consequências da Institucionalização do Idoso .....</b>   | <b>42</b> |
| <b>4 LAZER PARA OS IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS EM MUNICÍPIOS DA<br/>FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL: RESULTADO DOS ESTUDOS</b> | <b>47</b> |
| <b>4.1 A Compreensão da Categoria Lazer .....</b>  | <b>48</b> |
| <b>4.2 Estrutura e Desenvolvimento das Atividades de Lazer .....</b>   | <b>54</b> |
| <b>4.3 Os Desafios para Efetivação de Atividades de Lazer .....</b>  | <b>60</b> |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>66</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>69</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>  | <b>75</b> |
| <b>Anexo A.....</b>  | <b>75</b> |
| <b>Anexo B.....</b>  | <b>76</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre a discussão do tema Instituições de Longa Permanência para Idosos e Lazer, tendo como recorte duas instituições localizadas em municípios da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. O interesse do tema vem à tona a partir da inserção em estágio supervisionado em Serviço Social no Asilo São Vicente de Paula no município de São Borja.

O tema do estudo aqui já mencionado tem relevância no que diz respeito ao aumento de idosos no Brasil, pois cada vez mais a população idosa vem aumentando no país, e esse acréscimo de idosos terá rebatimentos significativos nas Instituições de Longa Permanência no que se refere à inserção dos mesmos nessas instituições. Segundo a última pesquisa IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2011, “pessoas com mais de 60 anos somam 23,5 milhões dos brasileiros”<sup>1</sup>. Para tanto, com as alterações na estrutura etária e com o crescimento mais lento no número de crianças e adolescentes haverá um aumento significativo de pessoas idosas para os próximos anos, “a projeção para 2050 segundo o IBGE será de 29,4%”<sup>2</sup>.

O trabalho foi realizado no período entre março e junho de 2017, a pesquisa ocorreu nos municípios de São Borja e Itaqui, os quais localizam-se na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, citado no título do trabalho.

No estudo são apontadas quais atividades de lazer são proporcionadas aos idosos, se dentro do quadro técnico das instituições há profissionais preparados para aplicar tais atividades, como as instituições definem um plano sistematizado ou não de ações, com que frequência os idosos realizam atividades de lazer e também quais os desafios para que se efetivem atividades de lazer, no intuito de ampliar discussões sobre o referido tema.

Neste sentido, ao evidenciar se as instituições proporcionam atividades de lazer aos idosos, espera-se obter conhecimento se os idosos têm acesso a determinadas atividades dentro da instituição, sendo estas, algo de grande

---

<sup>1</sup> Disponível no site: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa/dados-estatisticos/DadosobreoenvelhecimentoonoBrasil.pdf>>

<sup>2</sup> Disponível no site: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-08/ibge-expectativa-de-vidas-brasileiros-aumentou-mais-de-75-anos-em-11>>

relevância na vida do ser humano, que nesta fase da vida, isto é, a velhice, são determinantes para que eles/elas tenham um bem-estar psicológico e social.

No que se refere analisar se dentro do quadro técnico das instituições há profissionais preparados para aplicar atividades de lazer para esse perfil de público, busca-se ter clareza se as instituições consideram necessário, ou até mesmo indispensáveis, estes profissionais na execução desse tipo de atividades, pois é importante ter clareza de que não basta ter somente as atividades de lazer, esquecendo-se de que a mesma deve ser aplicada de forma responsável, indo ao encontro do atendimento humanizado.

Ao identificar se as instituições definem um plano sistematizado de lazer, aponta-se se há organização eficaz em detrimento dessas atividades, esta questão é importante até mesmo para saber se as instituições possuem planejamento voltado para as necessidades diárias dos idosos, verificando o tipo de atividade que os mesmos podem desenvolver, e, desta forma, poder elaborar um plano que inclui suas necessidades e habilidades.

Por fim, ao verificar quais os desafios para que se efetivem atividades de lazer, serão trazidas quais as dificuldades dessas atividades serem implantadas na instituição. Contudo, isto poderá contribuir para que as mesmas sejam expostas, pois, compreendendo e tendo visibilidade de tais desafios, será melhor para que a equipe e/ou profissional se reorganize para a realização das atividades.

A pesquisa conta com um tema de interesse comunitário, visto que os gestores, funcionários e idosos são parte integrante da comunidade. Essa pesquisa é relevante para que a academia, assim como a sociedade, tenha conhecimento se as Instituições de Longa Permanência compreendem a necessidade do acesso ao lazer para os idosos institucionalizados, contribuindo para que os idosos tenham, nesta fase da vida, atividades de lazer adequadas ao seu perfil e com profissionais capacitados para desenvolver tais atividades.

Ser idoso em um sistema capitalista já constitui desafio constante, imagina quando este idoso está institucionalizado podendo ter sua identidade e autonomia fragilizada. Nesse sentido, se a institucionalização for inevitável, como essa pode ser vivenciada de forma digna?

Dentre várias possibilidades o presente trabalho de pesquisa buscou refletir a partir dos resultados que posteriormente foram coletados sobre o significado que o

lazer pode ter na busca da dignidade, mesmo em um ambiente fechado como as ILPs.

O trabalho é composto por três capítulos. O primeiro está mencionado de forma sucinta à temática que será desenvolvida durante os seguintes capítulos. O capítulo I tem como objetivo descrever o processo metodológico que foi empregado para o desenvolvimento deste estudo. O estudo tem como alicerce o método dialético crítico, onde se destacam suas três categorias explicativas: historicidade, totalidade e contradição. É descrito também o tipo de pesquisa, sendo esta qualitativa, a coleta de dados e seus instrumentos, assim como a análise dos dados.

No capítulo II são trazidas considerações teóricas que envolvam a temática Instituição de Longa Permanência. Desta forma, serão realizadas reflexões no que diz respeito à trajetória histórica das Instituições de Longa Permanência no Brasil, pontuando as Leis e Políticas que atendem ao idoso, assim como os motivos e consequências que os levam a serem institucionalizados.

O capítulo III apresenta a discussão dos dados coletados do processo de pesquisa, o qual envolve o lazer para idosos institucionalizados, trazendo a compreensão das instituições referente a categoria lazer, a estrutura e o desenvolvimento das atividades de lazer realizadas com os idosos, e, por fim, os desafios encontrados para a efetivação das atividades de lazer. No término, menciona-se as considerações finais e as referências bibliográficas deste estudo.

Contudo, é necessário ressaltar que, o lazer tem um papel muito importante, proporcionando que os idosos tenham uma vida descontraída, socializando e interagindo com outras pessoas e culturas, tendo uma participação efetiva na vida social e inserindo-se no ambiente sociocultural (MORI; SILVA, 2010). Desta forma, cabe afirmar que as atividades de lazer também contribuem significativamente para a saúde da pessoa que a pratica, sendo que a Organização Mundial da Saúde (OMS) menciona: “a saúde é definida como bem-estar físico, mental e social, ou seja, não necessariamente apenas a ausência de uma enfermidade”<sup>3</sup>. A saúde vai além da ausência de doença, e foi durante a Reforma Psiquiátrica que esta definição emergiu, a partir da repercussão do modo de vida da população. A mudança desse conceito foi reconhecido pela Constituição Federal de 1988, com a

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.infoescola.com/saude/organizacao-mundial-de-saude-oms/>>

base para a Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde na forma das Leis Federais 8.080/90 e 8.142/90 (HOFF, 2016).

Além disso, pensar em lazer na terceira idade<sup>4</sup> pode levar a várias descobertas, no entanto, todas convergem a um único objetivo, o qual é o envelhecimento ativo e bem-sucedido. O lazer nas Instituições de Longa Permanência se sobressai às normas e rotinas estipuladas pela mesma, pois o lazer fará a pessoa idosa capacitar-se para a convivência, descontraindo-se, e criando laços afetivos com os demais idosos (CARNEIRO, s.d).

---

<sup>4</sup> As tipologias mencionadas para indicar a pessoa idosa classificam-se com os seguintes termos: terceira idade, velhice, melhor idade etc., para tanto a nomenclatura que será utilizada neste será velhice.

## 2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa, seja ela qual for, exige a escolha de um método, ou seja, um caminho ou dispositivo para a elucidação do real, que vai além da soma de técnica. Para tanto, “o método para ser um meio consistente de captação de realidade, também requer o emprego do pensamento crítico para que o pesquisador possa desvendar o que não é visível” (PEREIRA, 2013, p. 28).

O método adotado para a realização do presente estudo foi o dialético-crítico. Dialético porque busca explicações coerentes, lógicas e radicais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento, que é mutável visto que as conjunturas se alteram e infligem sob o objeto de investigação. Para tanto, o objeto de pesquisa adotado, Instituições de Longa Permanência e acesso ao lazer para os idosos institucionalizados, tinha o intuito de desvendar a realidade; se as instituições visavam tais atividades como sendo de significativa relevância no cotidiano dos idosos e se as mesmas entendiam o lazer como característica determinante para uma melhor qualidade de vida, pois as atividades recreativas, as quais são denominadas de lazer, tem um potencial muito grande de elevar a condição de vida do idoso para um patamar onde os mesmos sintam-se mais ativos e com mais prazer de vida.

O método dialético-crítico possui como categorias centrais a historicidade, totalidade e contradição. Na historicidade, a realidade não é constituída somente pelo presente, ela possui “elementos novos e velhos, pois o passado convive com o presente e aponta tendências para o futuro” (GUERRA, s.d, p. 12).

A outra categoria do método dialético, totalidade, indica três dimensões que compõem uma realidade, sendo ela universal, particular e singular. Estas são partes integrantes de um mesmo projeto, as quais sempre articulam entre si (GUERRA, s.d).

Por fim, na contradição, a realidade apresenta forças que se confrontam a todo o momento, que movimentam a composição dessa realidade e é a contradição o princípio básico desse movimento. A partir do confronto de forças se dará a realização da síntese, “como um movimento de apreensão do real por meio da luta dos opostos” (GUERRA, s.d, p. 12).

A escolha do método deu-se pela capacidade que ele permite ao investigador de desvendar a realidade, não somente na sua aparência, mas também na sua essência. O mesmo permite buscar conhecimento e o entendimento da vida social, sendo a realidade dinâmica, complexa, concreta e totalizante. Havendo a necessidade de entender a sua totalidade, contradição e historicidade.

Por meio do entendimento do problema de pesquisa “as Instituições de Longa Permanência compreendem a importância do acesso ao lazer para os idosos institucionalizados?” tornou-se fundamental a realização de questionamentos, cujo resultado poderá contribuir para o conhecimento e informações sobre a compreensão da ILPIs referente ao lazer para os idosos. Podendo também, indicar estratégias que vão ao encontro das necessidades dos idosos institucionalizados, com a finalidade de qualificação dos profissionais e uma melhor adaptação de atividades para os idosos.

Em virtude do que foi mencionado, fez-se necessário determinar recortes na pesquisa, através do objetivo geral e objetivos específicos. O objetivo geral se estabeleceu em torno de analisar se as Instituições de Longa Permanência compreendem a relevância do acesso ao lazer para os idosos. Para tanto, os objetivos específicos contribuíram para que fosse possível ter clareza sobre o tema quando apontavam analisar quais atividades de lazer são proporcionadas aos idosos; indicar se dentro do quadro técnico das instituições há profissionais preparados para aplicar atividades de lazer; identificar se as instituições definem um plano sistematizado de lazer; avaliar com que frequência os idosos realizam atividades de lazer e verificar quais os desafios para que se efetivem atividades de lazer.

Desta forma, é importante aprofundar o conhecimento sobre as Instituições de Longa Permanência, assim como o envelhecimento humano como um fenômeno natural, e o lazer como possibilidade de qualidade de vida, onde o idoso poderá se sentir mais ativo, com uma melhora significativa em sua vida cotidiana. Para tanto, tratando-se das instituições de longa permanência, deve ser ressaltada a importância da autonomia do sujeito, que nada mais é do que a liberdade de escolha perante a sua realidade, assim como o autocontrole sobre a vida, que está pautada na capacidade do sujeito ser independente na concretização da atividade do cotidiano (PESSÔA, 2010).



## 2.1 O Método e Suas Categorias

Inicialmente, para que este estudo esteja bem estruturado precisa ser contemplado com um método que possa dar conta de suas análises, desta forma, cabe aqui dizer de onde provém termo método.

A palavra método deriva do grego e quer dizer caminho, ou seja, a ordenação de um conjunto de etapas a serem cumpridas no estudo de uma ciência, na busca de uma verdade ou para chegar a determinado caminho (PESSÔA, 2007, p. 51).

O método utilizado no presente trabalho é o dialético-crítico, no qual Gil (1994, p. 31) diz que

Pode-se, fundamentalmente, considerá-la sob três aspectos; a) como filosofia da natureza; b) como lógica do pensamento aplicada à compreensão do processo histórico das mudanças e dos conflitos sociais; c) como método de investigação da realidade (GIL, 1994, p. 31).

É importante mencionar que o método dialético-crítico “visa analisar os dados desvendando as interconexões entre os fenômenos, as relações das partes com a totalidade, o movimento, a historicidade e suas contradições” (PESSÔA, 2007, p. 51). Este ainda tem a capacidade de revelar e entender a realidade como ela é, sob todos os seus aspectos, e as múltiplas relações do ser humano. Pessôa (2010, p. 22) ressalta que o método:

Norteia o processo de pesquisa em sua integralidade visando à descoberta de soluções ou indicações fundamentais para a solução de um problema e a formação de conceitos que podem dar suporte ou remodelar as novas práticas interventivas (PESSÔA, 2010, p. 22).

Desta forma, o método dialético-crítico tem a finalidade de dar embasamento teórico para a realização deste estudo, o qual contribuirá para desvendar os fenômenos existentes, assim como as contradições que nela se deparam (AVILA, 2015). Assim, a dialética demonstra decisivamente o que é capaz, mas não o terreno da análise dos fenômenos quantitativos da natureza, mas a história do ser humano, o que a movimenta, a transformação da sociedade (KONDER, 2008).

Concomitantemente, “o desafio da dialética esta em equilibrar os fatores fundamentais da relação teórica e prática” (DEMO, 1995, p. 120).

Portanto, para compreender o objeto de pesquisa é de suma importância entender as categorias centrais do método dialético-crítico, sendo as selecionadas para a realização deste trabalho, as categorias: historicidade, totalidade e contradição, pois segundo Pessoa (2010, p. 25) “as categorias oferecem subsídios consistentes no ato investigativo da realidade social analisada”, as quais são de fundamental relevância para apreender elementos importantes deste meio social.

Ainda, Demo (1995) menciona que a dialética é ligada diretamente a historicidade da realidade em que nos deparamos, o que faz necessário compreendê-la como metodologia presente principalmente nas ciências sociais. Desta forma,

não haveria, assim, sentido em aplicar a dialética para algo que não histórico, ou que não estivesse embebido de historicidade. Se a dialética se baseia na historicidade e se só o ser humano é propriamente histórico, de tal forma que somente existe como concreto-histórico, isto é, sempre determinado por uma situação histórica concreta, então a dialética só pode encontrar seu plano sentido na história concreta do ser humano (DEMO, 1995, p. 91).

O conhecimento, por menor que seja, da história, faz uma diferença significativa referente à compreensão dos movimentos que situam-se no dia-a-dia dos sujeitos, onde a história apresenta elementos de grande relevância. Assim, a história pode ser crucial para apreensão do comportamento do ser humano. Para tanto, essa apreensão não pode exceder o limite do conhecimento e, desta forma, não pode se valer de significativa influência nas determinações pessoais (PESSÔA, 2007).

A historicidade, categoria do método dialético-crítico, está diretamente ligada à vida dos indivíduos, onde está situada uma série de fenômenos. Assim Pessoa (2007, p. 54) explicita que

questões políticas, econômicas e culturais, influenciam certamente a história que se constrói, pois os indivíduos não são seres isolados. Cabe, porém, ao pesquisador que estuda o fenômeno, ter presente que a análise crítica da prática escolhida pelo indivíduo, mediante sua história, não pode ser estática e pode promover constantes transformações que independem de um tempo histórico [...] (PESSÔA, 2017, p. 54).

Entender a categoria historicidade não se resume a histórias de vida. Trata-se do contexto histórico de questões políticas, econômicas e culturais. Quanto à questão política a mesma tem como fator que influencia, com toda a certeza, a historicidade, os governantes que agem e tomam decisões com o objetivo do melhor para a população (ou que deveriam agir com este intuito, pois nem sempre a qualidade de serviços para a população é tratado como prioridade), interagindo e interferindo na vida social dos sujeitos de forma constante – temos diversos fatos ocorridos ao longo da trajetória da política brasileira que demonstram esses posicionamentos –, no entanto, a outra questão tem como fator o que pode-se dizer de característica financeira, pois na sociedade há uma considerável discrepância no que se refere a economia, sendo que enquanto muitas pessoas estão vivendo com um alto valor aquisitivo, outras pessoas estão tentando sobreviver com o pouco que tem, o que no Brasil é retratado por meio do alto índice de desigualdade social. Para tanto, essas duas realidades totalmente opostas interagem a muitas décadas. A terceira questão, isto é, a cultural, tem como fator que interfere na historicidade o ramo de conhecimento, de crenças e costumes que são adquiridos pelo ser humano ao longo do tempo, tanto pela família quanto pela sociedade do qual é membro.

A categoria historicidade torna-se muito evidente quando se pesquisa algo relacionado ao idoso, pois é preciso ter um olhar minucioso para entender que eles/elas tem um respeito imenso relacionado à suas raízes históricas, as quais são acarretadas de vários costumes, valores e tradições que são demarcados por hierarquias familiares, apontadas por diferentes tempos históricos (PESSÔA, 2007). Porém é fato que o idoso é visto de diferentes formas conforme organização estrutural e cultural de cada país. A forma com que o país e a sociedade enxergam o idoso e o lugar que ele ocupa terá influência política, econômica e social, que incidirá sobre qualquer pesquisa que envolva envelhecimento; aí reside a importância da busca da historicidade para entendimento da realidade cotidiana.

Ao mencionar a categoria totalidade, Avila (2015, p. 20) afirma que “a realidade concreta é uma totalidade dinâmica com inúmeros condicionantes, onde o foco dentro do todo é o constitutivo”. Demo (1995, p. 93) diz que:

Por isso, indivíduo em si não é realidade social, porque é gerado em sociedade, educado em sociedade, socializado em sociedade, isolar é artifício ou patologia. É possível por artifício metodológico, isolar um

componente, para vê-lo em si, desde que não se perca a perspectiva de que o todo é maior que as somas das partes.

Entender a totalidade requer não somente analisar, ou até mesmo reunir a partes, mas principalmente compreender a conexão de cada parte do todo, e assim apreender o que este todo, ou seja, o que a conexão de cada parte, a totalidade nos apresenta (PRATES 2003 apud AVILA 2015).

A categoria Totalidade permite que as particularidades do estudo se manifestem, pois analisar a historicidade sem compreender a totalidade dos fenômenos que interferem na vida cotidiana dos entrevistados não garante o esgotamento das possibilidades de intervenção e interação com os objetivos da pesquisa [...] (PESSÓA, 2007, p. 55).

É viável ainda salientar que tal categoria permite relacionar uma situação local com uma realidade maior, fazendo com que saíamos do micro e possamos adentrar para o macro. Desta forma, em relação a categoria lazer, torna-se relevante mencionar um exemplo: na região sul do País, mais especificamente na Fronteira Oeste do estado, encontra-se o município de São Borja, nesta localidade muitos idosos talvez não tenham o lazer como algo importante para a sua vida, podendo ser pela falta de estímulo ou até mesmo por estar situado no interior e não ter um olhar positivo para as atividades recreativas em virtude de questões diversas. Já em outras regiões, como a sudeste e nordeste, tais ponderações podem variar, sendo totalmente opostas, pois são regiões completamente distintas, com culturas diferentes. Deste modo, é importante apreender não somente nossa realidade local, o micro, e sim um todo, que fará com que compreendamos todas as partes, nos deparando com a totalidade completa, assim como as articulações necessárias saindo do particular para o universal, para posteriormente voltar ao particular.

A categoria totalidade possibilitou verificar as Instituições de Longa permanência em seu todo, assim como o ser idoso, pois a pessoa em si não é realidade social, mas faz parte da sociedade, sendo este indivíduo gerado em sociedade, educado em sociedade, socializado em sociedade. Ressalta-se ainda que esse todo do sujeito não quer dizer somente o que diz respeito ao particular, o seu cotidiano, mas sobre a comunidade em que está envolvido, assim como o alcance as políticas de atendimento ao idoso no Brasil (AVILA, 2015).

Sendo o método dialético-crítico um método de interpretação da realidade, tem como base a contradição, cujos fenômenos e objetos estudados têm em si características contraditórias (AVILA, 2015). A partir disso Demo (1995, p. 98) menciona-se que:

Quando falamos de contradição histórica, referimo-nos a seu caráter conflituoso, dicotômico, antagônico, mas no sentido de unidade de contrários. Unidade de contraditórios é uma impossibilidade histórica e formal. Nesse contexto, dizemos que a dialética somente se aplica àquelas realidades de são unidades de contrários, ou seja, às realidades estritamente históricas, onde cada fase gera sua contrária.

Assim, cabe ressaltar que “a unidade de contrários não é algo solene, excepcional, intempestivo. Mora na situação mais prosaica do nosso dia-a-dia, porque é o próprio ritmo da vida” (DEMO, 1995, p. 99-100). É algo que não está longe de nosso cotidiano, e sim atrelado a nossa vida. A partir da categoria contradição é viável apreender a realidade sob todas as suas formas, sendo estas opostas e divergentes, que permita assim, conhecer a realidade de forma concreta (MINHO, 2014 apud AVILA, 2015).

Tal categoria tem relação direta com este estudo, pois a institucionalização deveria ser uma alternativa onde se enquadraria somente idosos que não teriam quem pudesse lhes proporcionar os devidos cuidados ou que não teriam como manter a sua subsistência, para tanto, isto não acontece de fato. Muitos idosos, os quais têm seus familiares por perto e com condições financeiras – talvez não emocionais – para mantê-los não se responsabilizam por eles, inserindo-os em instituições de longa permanência. Já o lazer, é algo previsto em lei, um direito de todo idoso, segundo o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003, p. 34-35) o “Art. 50 - Constituem obrigações das entidades de atendimento: IX- promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer”, no entanto, por algum motivo tal categoria não é efetivada nas instituições, sendo esta de fundamental importância em sua vida e um direito. Esse direito contraditoriamente nem sempre é respeitado, assim como dentro da própria ILP há aqueles idosos que não desejam participar de atividades recreativas por diversos motivos – atividades pouco atrativas, autonegligência, isolamento, etc. –.

Enfim, a contradição, no decorrer deste estudo propiciou efetivar uma interpretação crítica da realidade, isto é, interpretar a realidade dos idosos inseridos

em Instituições de Longa Permanência. Destaca-se que a categoria contradição existe em tudo, tendo como exemplo, as legislações e Estatutos que afirmam e prevêm a respeito dos direitos dos idosos, em contraste com o que os mesmos têm compreensão e vivem em relação aos seus direitos (AVILA, 2015).

É de suma importância mencionar que as categorias centrais do método dialético-crítico embasam significativamente este estudo, e a articulação destas categorias pode contribuir para o pesquisador “realizar sua análise de forma coerente e lógica conforme a realidade expressa, para que o estudo possibilite indicadores de intervenções articulados com pressupostos científicos” (PESSÕA, 2007, p. 57). Vale ressaltar que o pesquisador precisa ter mais que o conhecimento sobre o assunto estudado, mas também um olhar investigativo, onde possa ir além do aparente, pois a realidade está sempre em transformação.

Em relação com o que foi apresentado, por meio da articulação das categorias historicidade, totalidade e contradição, buscou-se compreender se as Instituições de Longa Permanência compreendiam a importância do acesso ao lazer para os idosos institucionalizados, compreendendo o contexto e as partes que compõem a realidade das ILPs.

Além disso, compreendeu-se que a historicidade aqui citada não é entendida como uma sequência de fatos, mas sim como uma luta realizada no dia-a-dia dos sujeitos para produzirem suas condições materiais de existência, baseada na relação direta com a natureza mediada pelo trabalho, assim como a maneira que esses indivíduos interpretam essas relações (MARX; ENGELS, 2007 apud ZAGO, 2013). Sobre a categoria totalidade, entendeu-se que a mesma é a soma das partes, e desta forma, quando no cotidiano estas partes não são percebidas com clareza, constrói-se um pensamento de senso comum, que por tal motivo tende a representar os objetos como se não estivessem diretamente vinculadas as condições sociais e históricas (ZAGO, 2013). Por fim, a partir da categoria contradição apreendeu-se que ela sempre esteve e sempre estará presente na realidade, pois a mudança e o movimento da história são produtos dessa categoria. Contudo, a contradição na sociedade é “marcada pelo antagonismo entre as forças de produção e as relações de produção, entre o capital e o trabalho” (CHAGAS, 2012, p. 18).

## **2.2 Tipo de Pesquisa e Coleta de Dados**

Este trabalho teve como escolha a pesquisa de tipo qualitativa, a qual ocupa-se com o que não pode ser qualificado, trabalhando com os significados, motivos, crenças e valores, a mesma significa a pesquisa não quantitativa ou não padronizada, dispondo-se de várias características próprias (FLICK, 2009).

A pesquisa qualitativa não preza pelo quantitativo de sujeitos – portanto uma amostra de três sujeitos é significativa – mas com o conteúdo da fala. Essa pesquisa também foi de natureza exploratória, que buscou proporcionar aproximação com o problema, aprimorando as ideias, assim com a descoberta de intuições (GIL, 2006, p. 41). Sobre este tipo de pesquisa DESLANDES (1994, p. 17) comenta:

Entende-se por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente a realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação.

Contudo, a pesquisa qualitativa dá respostas a questões muito particulares, pois preocupa-se nas ciências sociais, com um grau de realidade que não pode ser quantificado, a mesma ocupa-se com uma gama de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, as quais vão ao encontro dos processo dos fenômenos, não podendo estes serem reduzidos à operacionalização de fatores instáveis (DESLANDES, 1994, p. 21).

Toda pesquisa requer uma busca constante, podendo contribuir significativamente para o conhecimento, ou seja, para o aprendizado sobre determinado tema, assim como a construção e desconstrução de teorias. Para tanto, Pessoa (2010, p. 48) ainda diz que

a pesquisa qualitativa deve primar pela abordagem descritiva dos fatos, pois estes possuem significados com uma totalidade de expressões que interagem no contexto pesquisado. Desta forma o pesquisador preocupa-se com o processo investigatório e não somente com os resultados obtidos, pois os dados coletados são concretos e devem ser relacionados a um suporte teórico, para não desvendar apenas significados expressos de forma verbal.

Para realizar o presente trabalho foram feitas visitas ao asilo dos municípios de São Borja e Itaqui, pois visava-se analisar se as Instituições de Longa Permanência compreendiam a importância do acesso ao lazer para os idosos

institucionalizados. Em um primeiro momento foi apresentado a proposta do projeto a instituição para que posteriormente fosse agendado a coleta de dados in loco.

O tipo de amostra foi intencional, Gressler (2004, p. 144) diz que essa amostra “é aquela que se baseia em julgamentos feitos pelo pesquisador, isto é, aquele que, segundo ele, é a melhor para o estudo”, e intencionalmente, o pesquisador adota questões que possam representar o que ele deseja. Utilizou-se a técnica de entrevista semiestruturada. Para a coleta de dado foi utilizada a técnica de entrevista, que segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 199) “visa obter respostas válidas e informações pertinentes, é uma verdadeira arte, que se aprimora com o tempo, com o treino e com a experiência”, a entrevista foi realizada com a/o gestor(a) e um(a) profissional indicado pela coordenadora de uma das instituições pelo motivo de indisponibilidade de agendamento, compreendendo um total de dois sujeitos ao todo. Foi aplicado como instrumento de coleta de dados formulário de entrevista (Anexo B) previamente elaborado, o qual “tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sob determinado assunto ou problema” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 196). Foi solicitada gravação das falas, caso não tivesse o consentimento as respostas seriam transcritas presencialmente pelas pesquisadoras.

O/A gestor(a) e o/a profissional que participaram do estudo corriam riscos ao responder as questões pelo fato de poder sentir desconforto por estar realizando avaliação das ações desenvolvidas pela instituição, nesse caso poderiam passar para próxima questão ou desistir de participar do estudo. Enquanto benefício aos sujeitos, foi proporcionado aos profissionais durante a entrevista a possibilidade de reflexão sobre a importância de pensar o lazer no âmbito da institucionalização, o que poderia gerar estímulo a fortalecer ações ou elaborar possibilidades de intervenção junto a melhoria da qualidade de vida dos idosos.

Ainda destaca-se compromisso ético com os participantes, cujo sigilo profissional foi garantido, foram respeitadas as falas dos participantes, e também mantido em sigilo a sua identidade para que os mesmos não venham sofrer nenhum tipo de dano, as falas foram identificadas por letras aleatórias do alfabeto. Usou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Anexo A), para que os participantes estivessem cientes de todo processo metodológico, e sobre a autorização da publicação dos dados. O projeto de pesquisa consta com o registro



no SIPPEE (Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão) da Unipampa, sendo o número do registro: 20160925133700.

Quanto aos critérios de inclusão foram convidados a participar do estudo os gestores das instituições pelo entendimento de que tem conhecimento sobre ações, equipe, planos, etc. que são devolvidas na instituição. Caso o mesmo não tivesse agenda poderia delegar a participação de outro profissional da instituição, desde que o mesmo ocorresse de forma voluntária.

Dentre os sujeitos incluídos na amostra foi excluído sujeito que necessite de interpretação de libras, uma vez que as pesquisadoras não dominam língua de sinais e não tem recursos para contratar profissionais de apoio. Caso mais que um sujeito por instituição quisesse participar do estudo seria permitido desde que contemplasse o critério de ser profissional da instituição. O resultado será entregue as instituições que participaram da pesquisa, em material impresso, assim que estiver pronto, após a defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso.

Contudo, ainda cabe ressaltar que esta pesquisa busca o progresso da ciência, com o intuito de desenvolver os conhecimentos, tendo como características o interesse na aplicação, a utilização e as consequências práticas do conhecimento (GIL, 1994, p. 44).

### **2.3 Análise dos Dados**

Na busca de conseguir realizar uma visão crítica satisfatória a partir da construção deste estudo, é necessário que haja uma análise que dê conta dos dados, os quais foram coletados para que o pesquisador pudesse examiná-los. Assim Martins (2008, p. 86) menciona:

De modo geral a análise de dados consiste em examinar, classificar e, muito frequentemente, categorizar os dados, opiniões e informações coletadas, ou seja, a partir das proposições, teoria preliminar e resultados encontrados, construir uma teoria que ajude a explicar o fenômeno sob estudo.

Em relação a avaliação e a análise de dados, que é de grande importância para a conclusão do estudo, para que se tenha uma maior concretude sobre o tema em questão, ambos são realizados paralelamente ao trabalho de coleta (MARTINS, 2008, p. 86). Da mesma forma Martins (2008, p. 86) ainda diz que “as triangulações

de dados e o encadeamento de evidências, eventualmente realizados junto com trabalho de campo, irão dar força, confiabilidade e validade aos achados da pesquisa e as conclusões formuladas”.

Para tanto, a análise foi realizada por meio de análise de conteúdo que define-se como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1979, p. 40). Deste modo, a análise de conteúdo

não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (BARDIN, 1979, p. 33).

Contudo, há uma metodologia para a análise de conteúdo, elas dividem-se em três fases, a (1) Pré-análise, a (2) Exploração do material e a (3) Tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Essa é então a organização utilizada nessa pesquisa (BARDIN, 1979).

A primeira fase, a pré-análise, diz respeito a organização do material, onde há o primeiro contato com os documentos, e o seu objetivo é, então, “só possível em função dos documentos disponíveis; os indicadores serão construídos em função das hipóteses, ou, pelo contrário, as hipóteses serão criadas na presença de certos índices” (BARDIN, 1979, p. 121). Portanto, é nesta fase que se estabelece as hipóteses, e os objetivos, elaborando desta forma, os indicadores que fundamentarão a interpretação final. Sobre esta fase Bardin (2009, p. 121) ainda expressa:

É a fase de organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as idéias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso de desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise.

Na segunda fase, a exploração do material, que parte da pré-análise, remete a uma tarefa minuciosa, longa e fastidiosa, a qual compreende tarefas de codificação, havendo a decomposição ou enumeração, tratando-se das regras previamente estabelecidas (BARDIN, 2009). Ao se mencionar codificação Bardin (2009, p. 129) comenta:

Tratar do material é codificá-lo. A codificação corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras preciosas – dos dados em bruto do texto, transformação esta que, por esporte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão; susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices.

Por último, a terceira fase, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, refere aos resultados coletados pelo pesquisador, a partir disto Bardin (2009, p. 127) diz:

Os resultados em bruto são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos. Operações estatísticas simples (percentagens), ou mais complexas (análise fatorial), permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações oferecidas pela análise.

Por fim, é importante citar Martin (2008, p. 35), o qual afirma que “a análise de conteúdo busca a essência da substância de um contexto nos detalhes dos dados e informações disponíveis”. Ao ser realizada a pesquisa, assim como a análise dos dados, e de grande relevância que o pesquisador possa vir a dar retorno dos resultados adquiridos durante toda a pesquisa à instituição e aos profissionais que foram participantes deste estudo. Referente às informações obtidas, é relevante citar que para a concretização da pesquisa, houve, sem dúvida, alguns cuidados éticos em detrimento das instituições pesquisadas.

### **3 INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA NO BRASIL**

Este capítulo objetiva apresentar reflexões referentes às Instituições de Longa Permanência, trazendo desta forma, a trajetória histórica dessas Instituições no Brasil, pois as Instituições de Longa Permanência, as ILPs, como são denominadas, dispõem de um conjunto de atendimento sem tempo integral, “cujo público-alvo são pessoas com 60 anos ou mais, dependentes ou independentes, que não dispõem de condições para permanecer com a família ou em seu domicílio” (CARNEIRO, s.d.).

Torna-se importante mencionar as Leis e Políticas de Atendimento ao idoso no Brasil, tendo em vista a importância de ter conhecimento sobre a legislação disponível para atendimento das necessidades do envelhecimento, pois para se querer viver com dignidade na velhice é preciso que os idosos tenham acesso a políticas sociais<sup>5</sup>, sendo que os direitos sociais tem o objetivo de instituir um conjunto de tarefas, deveres e diretrizes, as quais são realizadas “pelo Estado, no intuito de possibilitar aos seres humanos uma melhor qualidade de vida e um nível razoável de dignidade como pressuposto do próprio exercício da liberdade” (MACEDO; SILVA, 2010, p. 5).

Levando em consideração os motivos e as consequências que levaram os idosos a institucionalização, pode-se dizer que há cada vez mais a inserção de idosos nas Instituições de Longa Permanência no Brasil. A partir disto é relevante citar que nos efeitos dessa institucionalização “tem-se a perda de seus papéis sociais, a queda da autoestima, o isolamento e a depressão” (FILHO, T.; FILHO, P., 2002, p. 136), para tanto, todos estes efeitos não ocorrem com todos os idosos institucionalizados, mas com a maioria, algo que é significativo.

#### **3.1 Trajetória Histórica das Instituições de Longa Permanência no Brasil**

Aqui, serão apresentados apontamentos sobre a trajetória histórica das Instituições de Longa Permanência, trazendo todo o seu contexto, assim como as suas mudanças. Entende-se que, para que haja uma discussão sobre as Instituições

---

<sup>5</sup> Política social é um conceito que a literatura especializada não define precisamente. De um ângulo bem geral, no âmbito das Ciências Sociais, a política social é entendida como modalidade de política pública e, pois, como ação de governo com objetivos específicos (VIANA, 2002, p. 1). Disponível em: <<http://antigo.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fMariaLucia1.pdf>>

de Longa Permanência no Brasil, torna-se fundamental compreender os aspectos de sua trajetória histórica, o contexto em que se situava, assim como o seu surgimento e sobre quem as habita. Busca-se aprender o que se entende por Instituição de Longa Permanência, o seu desenvolvimento, e qual o seu papel na sociedade. Cabe salientar que, por certos motivos, as famílias não querem ou não podem oferecer os devidos cuidados a seus familiares idosos, e que “uma das alternativas de cuidados não-familiares existentes corresponde às instituições de longa permanência para idosos (ILPIs), sejam públicas ou privadas” (CAMARANO; KANSO, 2010, p. 233). Destaca-se que,

a família brasileira tem se modificado com a modernização da sociedade. A inserção da mulher no mercado de trabalho, os contraceptivos, a redução do tamanho das famílias e a falta de tempo na vida atual vêm modificando a relação do cuidado. Somada a essas mudanças, a escassez de alternativas para as famílias manterem seus velhos em casa e a questão dos idosos serem referência familiar têm impulsionado a demanda por internações (ARAÚJO, 2010, p. 252).

Desta forma, é importante mencionar que a inserção do idoso em uma instituição de longa permanência não se dá por meros motivos, mas por um conjunto de questões que não dizem respeito somente a ele/ela, e sim, a toda sua família, comunidade, e até mesmo a sociedade. Em detrimento disto, cabe mencionar o surgimento dessas instituições, onde no cristianismo foi dado os primeiros passos em relação ao amparo aos idosos (ARAÚJO, 2010). Relacionado a esta questão “há registro de que o primeiro asilo foi fundado pelo Papa Pelágio II (520-590), que transformou a sua casa em um hospital para velhos” (ALCÂNTARA, 2004, p. 149 apud ARAÚJO, 2010, p. 252). Relacionado a tal ponderação,

define-se asilo (do grego ásylos, pelo latim asylo) como casa de assistência social onde são recolhidas, para sustento ou também para educação, pessoas pobres e desamparadas, como mendigos, crianças abandonadas, órfãos e velhos. Considera-se ainda asilo o lugar onde ficam isentos da execução das leis, os que a ele se recolhem. Relaciona-se assim, a ideia de guarita, abrigo, proteção ao local denominado de asilo, independentemente do seu caráter social, político ou de cuidados com dependências físicas e/ou mentais (ARAÚJO, 2010, p. 252).

Contudo, por causa do caráter genérico da definição deste termo, outras nomenclaturas vieram à tona para designar locais de assistência ao idoso como, por

exemplo, abrigo, lar, casa de repouso, clínica geriátrica e ancionato. Para tanto, estudiosos, ao procurarem padronizar termos, tem utilizado como proposta a denominação de instituição de longa permanência para idosos (ILPIs<sup>6</sup>), cuja definição é: estabelecimentos para atendimento integral a idosos, que sejam dependentes ou não, sem condições familiares ou domiciliares para a sua permanência (ARAÚJO, 2010). No entanto, esta definição já existe, e está pautada no Estatuto do Idoso. Tratando-se de acontecimentos históricos, é de suma importância citar que,

no Brasil Colônia, o Conde de Resende defendeu que soldados velhos mereciam uma velhice digna e “descansada”. Em 1794, no Rio de Janeiro, começou então a funcionar a Casa dos Inválidos, não como ação de caridade, mas como reconhecimento àqueles que prestaram serviço à pátria, para que tivessem uma velhice tranqüila (ALCANTARA, 2004, p. 149 apud ARAÚJO, 2010, p. 252).

No entanto, em 1.890 foi criada a primeira instituição para idosos no Rio de Janeiro, o Asilo São Luiz para a velhice desamparada, mas com o caráter diferente da citação acima, o surgimento desta não tinha como intuito dar reconhecimento aqueles que prestaram serviço a pátria, mas sim aqueles os quais não tinham como manter a sua subsistência. Estar institucionalizado nessa época – pode ainda significar dependendo o tipo de instituição – significava romper laços com a família e a sociedade, a instituição era um mundo a parte. Mas quando não existiam instituições específicas para os idosos, eles eram abrigados em asilos de mendicidade com outros pobres, pessoas com problemas mentais, crianças abandonadas e desempregados. Já no fim do século XIX, a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo assistia aos mendigos, e a partir do aumento de internações para idosos passou a designar-se como instituição gerontológica em 1974 (ARAÚJO, 2010).

Em 1980, a realidade de acesso a direitos ao idoso foi se modificando, porém, tais mudanças tem sido lentas. Surgem novas formas de prestação de serviços aos

---

<sup>6</sup> Neste estudo será utilizada a nomenclatura ILPIs, isto é, Instituições de Longa Permanência para Idosos, pois tal termo configura-se como o mais atual em nossa sociedade, remetendo a um tratamento humanizado para com os idosos, visando sempre os seus direitos, os quais estão pautados no Estatuto do Idoso.

idosos, como, por exemplo, centros de convivência<sup>7</sup>, centros-dia<sup>8</sup>, oficinas abrigadas de trabalho, contanto com a atuação de equipes interdisciplinares com psicólogos, enfermeiros, assistente sociais, médicos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais entre outros (LAFIN, 2004). Porém infelizmente a que se mencionar que Lafin (2004, p. 112) afirma que “casa clandestinas, conhecidas como depósito de velhos, passam a proliferar. Registradas como pensões, subsistem das aposentadorias dos idosos, dando-lhes apenas o teto e uma mísera alimentação”.

Ainda em 1980, as instituições que cooperavam entre si, apoiadas pela Fundação Legião Brasileira de Assistência<sup>9</sup>, ou até mesmo por “serviços voluntários e pelas universidades, dão início a melhoria de seus serviços, elaborando atividades que possam alterar a qualidade de vida dos idosos” (LAFIN, 2004, p. 112).

O modelo asilar brasileiro ainda tem muitas semelhanças com as chamadas instituições totais, muitas desatualizadas em relação a administração de serviços de saúde, assim como também da habitação dos idosos (ARAÚJO, 2010). A instituição total define-se como “um local de residência e trabalho, onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade [...] por considerável período de tempo, levam uma vida fechada [...]” (GOFFMAN, 2003 apud ARAÚJO, 2010, p. 253). Sobre isto, ainda é mencionado que

nesse espaço os indivíduos se tornam cidadãos violados em sua individualidade, sem controle da própria vida, sem direito a seus pertences sociais e à privacidade, com relação difícil ou inexistente com funcionários e o mundo exterior (GOFFMAN, 2003 apud ARAÚJO, 2010, p. 253).

---

<sup>7</sup> Os centros de convivência têm como foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidade, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social e tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais da pessoa idosa. Visa a garantia de direitos, a inclusão social e o desenvolvimento da autonomia, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento. Disponível em: <<http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/centro-de-convivencia-da-pessoa-idosa/>>

<sup>8</sup> O Centro-dia é uma resposta social, que contribuiu para a valorização pessoal, partilha de conhecimentos e experiências pessoais, proporcionando ainda durante o dia a resolução de necessidades básicas pessoais, terapêuticas e sócio - culturais às pessoas afetadas por diferentes graus de dependência, contribuindo para a manutenção da pessoa no seu meio familiar. Disponível em: <<http://www.cfad.pt/CentrodeDia/CentrodeDia.aspx>>

<sup>9</sup> A Fundação Legião Brasileira de Assistência foi criada em 1942, organizada em consequência do engajamento do País na Segunda Guerra Mundial. Seu objetivo era o de prover as necessidades das famílias, cujos chefes haviam sido mobilizados para a guerra. Tal conjuntura favorece sua criação, uma vez que ocorreu significativa queda do poder aquisitivo do proletariado e da pequena burguesia urbana. Mesmo dispondo de técnicos capacitados para a função, o comando da LBA sempre esteve entregue as Primeiras Damas, caracterizando o aspecto filantrópico, de ações clientelistas, conforme os interesses dos governos vigentes. Disponível em: <[http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510670\\_07\\_cap\\_03.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510670_07_cap_03.pdf)>

No Brasil, sendo este um país onde se tem extrema desigualdade socioeconômica e diversidade cultural, o atendimento aos idosos toma diferentes contornos. No sul, sudeste e para aqueles que tenham poder aquisitivo maior, a institucionalização pode se assemelhar a dos países desenvolvidos. Esses países têm algumas características como: elevado nível de vida da população; boas condições de alimentação, habitação e saneamento básico; apresentam estrutura industrial completa, produzem todos os tipos de bens. Para tanto, na maioria das regiões do Brasil há a carência de melhor qualidade no setor da saúde e educação. Há muita desigualdade e omissão por parte do governo, deixando de priorizar o bem-estar da população. No entanto, muitos idosos são colocados em instituições de longa permanência por doenças crônico-degenerativas e dificuldades causadas pela ausência da família ou por esta não ter a possibilidade de mantê-lo (CAMARANO, 2005 apud ARAÚJO, 2010).

Em relação à definição das Normas e Padrões de Funcionamento de casas de Repouso, Clínicas Geriátricas e outras instituições para idoso têm-se a Portaria nº 810/1989. Esta define como a área física e profissional precisa estar disposta. Destaca assim como as instalações, a organização da instituição e posteriormente algumas considerações sobre os recursos humanos (ARAÚJO, 2010). Porém:

essas ações ainda não são suficientes e por isso é necessária a parceria entre o poder público, sociedade, profissionais e idosos para dar continuidade a ações bem-sucedidas, ampliar e implementar novas modalidades de serviços no país (ARAÚJO, 2010, p. 254).

Além disso, há o estatuto do idoso, que assegura todos os direitos do idoso, e também como as instituições devem proceder, assim como o que precisam oferecer de atendimento aos institucionalizados, para que eles/elas tenham uma vida satisfatória e digna. No capítulo II, Das Entidades de Atendimento ao Idoso, Art. 48. indica-se que as mesmas são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, observadas as normas de planejamento e execução emanadas do órgão competente da Política Nacional do Idoso, conforme a Lei nº 8.842, de 1994. É evidente que estas instituições precisam do respaldo – orçamentário e fiscalizatório



– do estado e do poder público, pois necessitam de cuidados e atenção constante. Desta forma,

entende-se ILPI como uma residência coletiva, que atende tanto idosos independentes em situação de carência de renda e/ou de família quanto aqueles com dificuldades para o desempenho das atividades diárias, que necessitem de cuidados prolongados (CAMARANO; KANSO, 2010, p. 234).

Com base nestas informações é possível compreender a trajetória histórica das Instituições de Longa Permanência, as ditas ILPIs, o seu surgimento e concomitantemente o seu contexto, e que, com a organização de instituições obteve-se significativas mudanças e avanços no cotidiano dos idosos institucionalizados no decorrer dos anos. Mesmo que haja várias fragilidades no atendimento, tem-se buscado superar a pesquisa caritativa e filantrópica de atendimento (antigos asilos) para uma perspectiva de direito.

Torna-se importante realizar reflexões sobre a trajetória e constituição das Instituições de longa Permanência para idosos, pois é o local onde muitas pessoas vivem, as quais possivelmente terão a instituição como sua última morada, onde muitos idosos com suas inúmeras histórias passam a viverem apegados em suas lembranças. Pontua-se que “com o surgimento do asilo, a velhice ganha um lugar, mas perde simbolicamente o seu lugar na vida” (GROISMAN, 1999 apud CASARA; CORTELLETTI; HERÉDIA, 2004a, p. 19). Precisam ser oportunizadas aos idosos as condições para que os eles/elas possam viver dignamente em suas moradias, ou seja, nas instituições de longa permanência, para que os mesmos sintam que tenham um lugar na vida. Deste modo, é ponderável relatar que:

a velhice é marcada pela sabedoria, pela resignificação de valores, pela consciência da finitude, pela esperança, mas também pelas perdas (biológicas, sociais e psicológicas), que podem gerar sentimentos de solidão, de desvalorização pessoal e profissional ou levar à dependência e à falta de autonomia (CASARA; CORTELLETTI; HERÉDIA, 2004b, p.74).

Nesse sentido, Pessoa (2010), em sua pesquisa, discute sobre as Instituições de Longa Permanência no que se refere a importância de atividades desenvolvidas para os idosos, bem como criar momentos recreativos em conjunto com seus familiares e oportunizar situações onde possam estar convivendo em comunidade, ou seja, atividades externas à Instituição. A partir disso é citado o quanto as

atividades e os momentos de recreação fazem com que o idoso consiga lidar com a ideia de estar institucionalizado, pois a inserção em uma Instituição de Longa Permanência vai além da mudança do ambiente, e por conta disso, o idoso poderá sentir-se ansioso e triste. Desta forma, o desenvolvimento de atividades de lazer contribuirá para que esses sentimentos de abandono sejam passageiros, e que o idoso possa contemplar os seus últimos anos de vida.

Assim, estando o idoso na velhice, o último ciclo vital, merece, antes de qualquer coisa, um ambiente onde esteja protegido, um lugar do qual possa sentir-se respeitado, valorizado e feliz. Para tanto, muitos idosos estão vivendo, e muitos ainda viverão em instituições de longa permanência, por isso é de extrema importância que essas instituições sejam vistas com um olhar sensível, pois quem as habita são pessoas que carregam consigo décadas de história e sabedoria. As instituições onde idosos residem já existem há muito tempo, mas originaram-se com outros termos e diversas finalidades conforme cada conjuntura, estas instituições passaram por várias mudanças significativas durante a sua história, mas é preciso mais modificações e é preciso, principalmente, que a sociedade não os veja com o sentimento de pena, mas com um olhar de respeito não somente pelas suas rugas e pelas suas histórias de vida, mas por serem quem são.

### **3.2 Leis e Políticas de Atendimento ao Idoso no Brasil**

A partir da Política Nacional do idoso sabe-se que é considerado idoso, pessoas que tenham idade igual ou superior a 60<sup>10</sup> anos de idade. Tal política tem como objetivo garantir os direitos sociais do idoso, fazendo com haja condições de favorecer sua participação e integração no meio em que vive, assim como a sua autonomia (BRASIL, 1994).

Em detrimento disto, é notável a forma como idoso é tratado na sociedade, geralmente em países com sistema capitalista é visto como alguém que não produz, isto é, que não contribui para a economia no caso do Brasil, pois está aposentado e não mais ativo no mercado de trabalho. No entanto, a população idosa influencia o consumo, bem como “a transferência de capital, a propriedade, impostos, pensões, o

---

<sup>10</sup> Na Constituição Federal de 1988, é mencionado 65 anos de idade no que diz respeito a concessão de benefícios e auxílios. Art. 34. Aos idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – Loas.

mercado de trabalho, a saúde e assistência médica, a composição e organização da família” (PÊSSOA, 2007, p. 35). Desta, forma, os idosos precisam e devem ser tratados por intervenções sociais, ambientais e econômicas e, não somente com soluções da medicina. Para que isto se concretize é necessário legislações, as quais farão com que seja garantido o direito do idoso ao acesso a políticas sociais (PÊSSOA, 2007).

Deste modo, cabe mencionar a importância das políticas sociais na vida da população idosa, sendo que a partir destas políticas os idosos tem a possibilidade de garantir o seu direito. No que diz respeito às políticas sociais Pastorini (1997, p. 88) apud Piana (2009, p. 35) salienta que:

as políticas sociais têm por objetivo o atendimento redistributivo dos recursos sociais, por meio de serviços sociais e assistenciais, para um complemento salarial às populações carentes [...]que objetiva diminuir as desigualdades sociais, oferecendo mais serviços sociais àqueles que têm menos recursos.

Além disto, Piana (2009) ainda comenta que as políticas sociais apresentam-se como estratégias do governo para a integração da força de trabalho no que diz respeito à relação de trabalho, as quais têm como destino atender problemáticas específicas e particulares da questão social. Desta forma, entende-se que as políticas sociais são respostas as desigualdades sociais e/ou econômicas existentes em nossa sociedade. O que pode implicar em atividades fragmentadas e paliativas, “sob responsabilidade muitas vezes somente da família, [...] quando o idoso tornava-se improdutivo, caberia a família assegurar sua subsistência” (PESSÔA, 2010, p.100). Ainda cabe dizer que,

[...] o Brasil é um país que traz em seu histórico marcas de múltiplas desigualdades: social, cultural, econômica, dentre outras, graças às quais o envelhecimento é reconhecido pelo acúmulo de incapacidades. Muitas vezes o idoso acaba sendo visto como um “fardo” para a sociedade, e não como uma pessoa como qualquer outra, que possui direitos e deveres (AVILA, 2015, p. 33).

Em detrimento disto, é importante ir além dos padrões e conceitos estabelecidos pela sociedade para a população idosa, pois segundo Schneider e Elrigaray (2008, p. 587) “o ser velho assume uma conotação negativa, remetendo à perda de atributos tão valorizados pelo meio social e, simultaneamente, pelo próprio

idoso”, e esta perda pode fazer com que o idoso sinta-se incapaz. Para tanto, torna-se imprescindível criar oportunidades para que o idoso possa inserir-se e conviver na sociedade, fazendo com que estes padrões e conceitos sejam cessados (AVILA, 2015). Ainda pode-se dizer que,

embora a velhice seja nada além do que um construto social, o preconceito continua florescendo. A idade é uma categoria embutida dentro dela mesma, é discutível e obsoleta. Enquanto todos os outros estágios da vida são planejados e construídos social e culturalmente e não existem conflitos para eliminar a infância, a adolescência e a idade adulta do panorama do desenvolvimento humano, a velhice é colocada à margem, pois ao mesmo tempo em que as pessoas querem viver muito, não querem ficar velhas nem se parecer com velhos (ANDREWS, 1999 apud SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008, p. 587-588).

A partir destas considerações, cabe dizer que apesar de muitas pessoas não respeitarem os idosos, há legislações que assegurem os seus direitos e o exercício pleno de cidadania, e esses direitos concretizam-se através das políticas sociais (AVILA, 2015). No que diz respeito às políticas sociais, Pessoa (2010, p. 102) diz que elas “precisam promover a integridade dos mais velhos e a importância da sua participação na sociedade e proporcionar atividades que venham a estimular o desenvolvimento em diferentes âmbitos na terceira idade”.

Em 1988 a Constituição Federal<sup>11</sup> passou a atender, assim como também garantir os direitos sociais e a proteção social. Para tanto, no que diz respeito aos idosos, desenvolveu e consolidou direitos como forma de garantia da proteção social, a qual se deu por intermédio da seguridade social, que abrange a previdência social, a saúde e a assistência social. Referente à previdência social, a mesma configura-se como contributiva, sendo realizada no sentido de seguro social. A assistência social é para quem dela precisar, sendo esta compreendida como um direito social, e não no sentido de filantropia, ou até mesmo de caridade. Já no que refere-se à saúde, esta é um direito de caráter universal e, também, não contributiva (AVILA, 2015). Destaca-se ainda que

em relação aos idosos, ampliou e consolidou direitos como garantia de proteção social por meio do tripé Previdência, Saúde e Assistência, irreduzibilidade do valor dos benefícios e caráter democrático com

---

<sup>11</sup> Neste estudo será trabalhada a legislação de atendimento a partir da Constituição Federal de 1988 por ser um importante marco legal, visto que antes disso as atividades eram mais caritativas por meio de família e igreja.

participação da comunidade -trabalhadores, empresários e aposentados - garantia de reajuste de benefício pelo salário mínimo, diminuição da idade de aposentadoria por velhice e reajuste da pensão vitalícia para o valor de um salário mínimo (PESSÔA, 2010, p. 103).

Levando em conta tais ponderações, é de suma importância mencionar artigos da Constituição Federal Brasileira (1988) que tratam do direito da população idosa na sociedade, dando ênfase e prioridade a pessoas que estão nessa etapa da vida, tais artigos são: 14, 153, 203, 229 e 230. Contudo, é destaca-se os artigos 203 e 230, que tratam:

Art. 203: A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice (...) V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (...) Art. 230: A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida (BRASIL, 2012, p. 120 - 131).

Levando em consideração estas questões, foi por meio da Constituição Federal de 1988 que tornou-se concreto de fato a condição de política relacionado a assistência social, elaborando no mesmo viés da previdência social e saúde, o conjunto da seguridade Social (BRASIL, 1993 apud AVILA, 2015). Concomitantemente, a partir da Constituição Federal é promulgada a Lei Orgânica da Assistência social (Lei nº8.742 de Dezembro de 1993<sup>12</sup>), reafirmando o que então a Constituição prevê (BRASIL, 1993).

É interessante relembrar, no que tange o contexto histórico, o fato de que a assistência social constituiu-se inicialmente de acordo com as ações assistencialistas e de caridade. Para tanto, a partir de enfretamentos por parte de movimentos sociais e lutas profissionais, conquistou-se a necessidade de pensar o atendimento enquanto política pública (AVILA, 2015). Por meio da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993), o Brasil obteve significativos avanços no que se refere as políticas públicas. Em seu Art.1º, explicita que

---

<sup>12</sup> Lei Orgânica da Assistência Social 3ª edição, atualizada até 5/02/2016.

a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, p. 1).

Tratando da Lei Orgânica da Assistência Social, cabe destacar que, desde sua promulgação como política pública e direito social, a PNAS (Política Nacional da Assistência Social) passou a efetivar o que refere-se à Assistência Social, elaborando desta forma um suporte do Sistema de Proteção Social no campo da Seguridade Social (AVILA, 2015). Aprovada em 2004, a PNAS tem como pressuposto abordar “a questão da proteção social em uma perspectiva de articulação com outras políticas do campo social que são dirigidas a uma estrutura de garantias de direito e de condições digna de vida” (BRASIL, 2015, p. 16).

A Política Nacional da Assistência Social visa garantir a assistência sem qualquer contribuição prévia desta proteção a todos que necessitarem dela. Contudo, diferentemente da Previdência Social, a PNAS não é contributiva. A partir disto, tratando-se da população idosa, é de suma importância a PNAS estar ligada com os princípios e diretrizes da LOAS, fazendo com que seja promovido programas, serviços, benefícios de proteção básica e benefícios, auxiliando com a equidade e inclusão dos indivíduos, tornando seguro e garantido a convivência no meio familiar e comunitário (BRASIL, 2004 apud AVILA, 2015).

Em relação aos idosos, a LOAS presume a proteção, respeito à dignidade, autonomia e universalização dos direitos, assim como também o direito a benefícios e igualdade de direitos (BRASIL, 2010 apud AVILA, 2015). Ainda pode-se dizer que a Lei Orgânica de Assistência Social prevê como já foi citado, a assegurar o Benefício de Prestação Continuada para aquele idoso que, por outros meios, não venha a conquistar aposentadoria e que não tenha como sustentar-se ou ser sustentado por sua família (AVILA, 2015).

O BPC (Benefício de Prestação Continuada) é um benefício individual, intransferível e não vitalício, o qual foi instituído pela Constituição Federal de 1988, ele garante uma renda mensal à pessoa idosa, com 65 (sessenta e cinco) ou mais e também às pessoas com deficiência de qualquer idade, que possam comprovar que não tem condições de suprir sua subsistência (BRASIL, 2015). Pessoa (2010, p. 128) ainda diz que

o BPC é um direito da assistência social que não tem contrapartida, nem exigência de qualquer contribuição. O benefício é dirigido a pessoas com deficiência física, mentais e idosos com 65 anos ou mais, que não tenham condições de se manter.

Destaca-se importante promulgação para o atendimento da pessoa idosa. A Política Nacional do Idoso, instituída em 4 de janeiro de 1994, ratifica “assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade” (BRASIL, 1994, p, 1). Rege-se pelos princípios a seguir:

I- a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida; II- o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos; III- o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza; IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política; V- as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei (BRASIL, 1994, p. 1).

Nesse viés a Política Nacional do Idoso indica a necessidade do idoso ser participativo na sociedade, integrado no meio onde vive, com o sentido de priorizar seu atendimento nos distintos órgãos e/ou privados. A partir da elaboração da Política Nacional do Idoso, vê-se a urgência de desenvolver ações, bem como criar serviços que vão ao encontro das necessidades básicas da população idosa, incitando a capacitação no que diz respeito a recursos de atendimento aos idosos (BRASIL, 2010 apud AVILA, 2015).

A partir do que foi exposto, é importante adentrar no Estatuto do idoso (Lei nº10.741), promulgada em 1º de outubro de 2003, o mesmo trata do direito ao respeito; “consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, ideias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais” (VIEIRA, 2011, p. 2). De acordo com o Estatuto do Idoso (2003) fica instituído que:

o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe,

por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (BRASIL, 2003, p 23).

Para se obter uma apreensão dos direitos do idoso, é preciso compreender o que são os Direitos Humanos, sendo estes de suma importância e fundamental para o ser humano. Tais direitos “podem ser definidos, em termos gerais, como aqueles direitos que são inerentes à nossa natureza e sem os quais não podemos viver como seres humanos” (Organização das Nações Unidas, Direitos Humanos e Serviço Social, 1999, p.19). A criação desses direitos se deu pela procura da população em geral por uma vida com valores e dignidade as quais são inerentes a todo ser humano (AVILA, 2015). Em detrimento disto a Organização das Nações Unidas, Direitos Humanos e Serviço Social (1999, p. 20) menciona que

os Direitos Humanos são universais e aplicam-se a todos as pessoas sem discriminação. O respeito pelos direitos do indivíduo tem de ser garantido em todas as ocasiões, independentemente das circunstâncias ou dos sistemas políticos.

Referindo-se a pessoa, ressalta-se que mesmo que idosos sejam negligenciados pela sociedade, “os mesmos são e devem ser considerados cidadãos de direitos que precisam ser garantidos e preservados” (AVILA, 2015, p. 39). Neste sentido, precisa-se reconhecer os direitos humanos como direito do idoso, onde pode articular-se com as legislações existentes, propiciando a promoção dessa população no meio social sem qualquer tipo de discriminação. Desta forma, é necessário reconhecer o idoso como cidadão, tendo o direito de participar da sociedade, desenvolvendo os seus deveres como um sujeito incluído no meio em que vive, exercendo sua liberdade e autonomia (exceto alguns casos de que se possa ter a saúde mental comprometida). Tendo a participação ativa na sociedade como um aspecto de considerável importância que “repercute em diversos campos da vida dos idosos” (PESSÕA, 2007, p. 44).

A partir disso, é oportuno mencionar, sucintamente, os direitos instituídos no Estatuto do Idoso, sendo este um instrumento voltado para a defesa dos direitos e proteção aos idosos. Nas disposições preliminares, o Estatuto do Idoso refere-se que todo cidadão a partir do 60 anos de idade gozem de todos os direitos inerentes



à pessoa humana, sendo que a lei assegura-lhes todas as facilidades e oportunidades, e deixa claro que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar o idoso, criando medidas que garantam a prioridade de seu atendimento (PESSÔA, 2007).

Referente aos direitos fundamentais, que iniciam no artigo 8º ao 42, o Estado deve garantir proteção à vida e à saúde do cidadão idoso, a partir de políticas sociais públicas. Deve garantir o direito à liberdade, ao respeito, à dignidade, à alimentação, à saúde por intermédio do acesso universal, à educação, à cultura, ao esporte e lazer, direito a exercício de atividade profissional, à Previdência Social, à Assistência Social. Bem como, direito à habitação - uma moradia digna -, ao transporte (transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos gratuitos) (PESSÔA, 2007).

Nos artigos 43 ao 45 do Estatuto é trazido as medidas específicas de proteção ao idoso, caso venha ocorrer omissão por parte da família, sociedade, Estado e entidades. Ainda definem encaminhamentos à família ou curador. Já nos artigos 46 ao 68 impera a política de atendimento ao idoso, referindo-se as políticas sociais básicas, políticas e programas de assistência social, serviços especiais de prevenção, serviço de identificação, proteção jurídico-social, e também a mobilização de opinião pública no sentido da participação dos diversos segmentos da sociedade no atendimento do idoso. Destaca-se que as entidades de atendimento ao idoso devem oferecer um ambiente digno de sobrevivência, caso contrário sofrerá pena de multas por infrações administrativas, pois as entidades estão sob fiscalização (PESSÔA, 2007).

Nos próximos artigos, 69 ao 92, discorre-se sobre o acesso à justiça, na criação de varas especializadas e exclusivas do idoso por meio do Poder Público, sendo assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais. É tratado as competências do Ministério Público, que são: instaurar o inquérito civil; promover e acompanhar as ações de alimentos; processos administrativos; requisitar informações, exames, perícias e documentos. Tal órgão deve zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados ao idoso, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis e com destaque na proteção social dos interesses difusos, coletivos e individuais ou homogêneos (PESSÔA, 2007).

Os artigos 93 ao 108 tratam sobre os crimes praticados contra idosos, os quais incluem a discriminação (atendimento em transporte público, bancos), humilhação, ao não cumprimentos de assistência, abandono (hospitais, casa de saúde, entidades de longa permanência), exposição a perigo, a integridade e a saúde (física ou psíquica), privação de alimentos e cuidados indispensáveis, apropriação de bens, retenção do cartão magnético entre outros. E por fim os artigos 109 ao 118, os quais elucidam as disposições gerais e transitórias enfatizando, contudo, algumas penalidades graves e prioridades que precisam ser ressaltadas e cumpridas no atendimento para com os direitos dos idoso (PESSÔA, 2007).

### **3.3 Motivos e Consequências da Institucionalização do Idoso**

A velhice tem acompanhado sempre a humanidade como uma etapa inevitável de decadência, declinação e morte. A palavra velhice é carregada de significados como a inquietude, a fragilidade e a angústia. O envelhecimento é um processo que está rodeado de muitas concepções falsas, temores, crenças e mitos. A imagem que se tem da velhice varia de cultura em cultura, de tempo em tempo e de lugar em lugar. Esta imagem reafirma que não existe uma concepção única ou definitiva da velhice, mas que há concepções incertas, opostas e variadas através da história (LEMOS et al., 2005).

Para tanto, a velhice é o somatório da trajetória de vida do ser humano, somatório das experiências vividas, dos valores, da compreensão e das interpretações pessoais que cada um tem do mundo em que vive. A velhice, tal como as outras etapas da vida é um período de mudanças, de transformações operadas em cada pessoa e estas transformações se dão tanto no nível biológico, quanto no emocional e psicossocial. A forma como cada pessoa envelhece está determinada por suas condições subjetivas, incluindo-se a forma como foi vivida sua história pessoal em todos os períodos de sua existência (LEMOS et al., 2005).

No que diz respeito ao envelhecimento, o mesmo pode ser citado como um processo vital multifacetado ao longo do caminho da vida. Desta forma, a velhice denota o estado de ser velho, condições que decorrem do processo de envelhecimento que gerações vivenciaram e vivenciam em meio a contextos sociais, políticos e individuais (LIMA et al., 2008; NERI, 2006 apud DAWALIBI et al., 2013).

Contudo, a diferença entre velhice e envelhecimento se dá pelo fato de que o primeiro termo é o somatório de suas vivências, isto é, a junção de todos os momentos que foi vivenciado que determinam uma fase da vida humana, ou seja, uma fase do ciclo vital; o segundo termo é o processo social e vital percorrido ao longo da vida que ocorre de maneira heterogênea para cada indivíduo. Deste modo, ao se mencionar velhice e envelhecimento, adentra-se no que diz respeito às causas e consequências da institucionalização do idoso, que é de fundamental importância para compreensão de todo esse processo do qual o idoso percorre. Destaca-se que

o processo de internação numa instituição asilar representa muito mais do que simplesmente mudança de um ambiente físico para outro. Representa para o idoso a necessidade de estabelecer relações com todos os aspectos de seu novo ambiente, ajustar-se ao novo lar mais do que o lar a ele, considerar-se abandonado, ansioso e com medo da ideia de passar os últimos anos da vida num lugar estranho, em meio ao desconhecido (CASARA; CORTELLETTI; HERÉDIA, 2004a, p. 19).

Estando o idoso neste processo, ocorre a troca de meio e de mundo, onde os laços afetivos sofrem uma grande ruptura, tal ruptura provoca a necessidade de enfrentamento no que se refere a estabelecer novos laços. Por conta disto, o idoso pode deparar-se fragilizado, pois houve a supressão de papéis ocupacionais, assim como as perdas afetivas, e, desta forma, “provocam diferentes graus de ansiedade, dependendo da história pessoal, da disponibilidade de suporte afetivo, do nível social e dos valores de cada um” (CASARA; CORTELLETTI; HERÉDIA, 2004a, p. 21). Sendo assim, Bulla e Mediondo (2004, p. 89), mencionam:

em nossa sociedade, quando idosos necessitam de cuidados, seus familiares normalmente assumem o papel principal, pois culturalmente cabe a eles assumir tal responsabilidade, mas, frequentemente, membros dessas famílias enfrentam diversas dificuldades relacionadas à complexa tarefa de cuidar de seus enfermos, sendo a comunidade então desafiada a participar do atendimento a essas demandas.

Para tanto, a internação do idoso passa a existir como alternativa a certas situações, como, por exemplo: estresse e esgotamento físico do profissional, cuidador ou familiar que cuida do idoso após longo período de doença, dificuldade de lidar com doente, assim como também, a falta de tempo por causa do trabalho ou a necessidade de cuidar de crianças pequenas, ou até mesmo intolerância

relacionado a idosos, entre outros. Tais situações podem motivar a família a optar pela institucionalização do idoso e, dependendo das condições financeiras da mesma, poderá ter ou não possibilidades de escolhas de instituições de longa permanência (BULLA; MEDIONDO, 2004, p. 89). Como também

[...] por uma considerável gama de causas, como por exemplo condições precárias de saúde, idade avançada e até mesmo distúrbios de comportamento, muitos idosos não são capazes de exercerem atividades laborais. Nesses casos, somando-se às dificuldades financeiras e à falta de respaldo familiar, há grande possibilidade de encaminhamento desses indivíduos para instituições asilares (FILHO P; FILHO J, 2002, p. 136).

Em detrimento disto, vale salientar que a família, independente da condição financeira, não prepara-se para enfrentar mudanças socioculturais, as quais segundo Casara, Cortelletti e Herédia (2004, p. 31) “geram novas demandas sociais e, conseqüentemente, papeis de seus membros que adequassem a elas”. Nas últimas décadas do século XX, a família precisou ter resistência a uma cadeia de mudanças estruturais, cujas funções principais foram afetadas, criando, desta forma, novas necessidades para a sua subsistência, sendo que, a reprodução, crescimento da população, industrialização e a transição demográfica foram o que afetaram o seio da família na sua origem, pois foi a partir destes aspectos que ocorreram as transformações sociais e econômicas, onde se alterou o alicerce das relações sociais entre os sujeitos (CASARA; CORTELLETTI; HERÉDIA, 2004a, p. 31). Em virtude disto, sabe-se que,

as conseqüências do processo de industrialização e mesmo de urbanização modificaram o padrão produtivo, fazendo com que a unidade de produção fosse a fábrica e não mais a casa, a mudança do tipo de trabalho modificou o estilo de vida das pessoas e criou uma série de ocupações que não existia anteriormente (CASARA; CORTELLETTI; HERÉDIA, 2004a, p. 32).

Assim, ao existir ocupações que não havia no passado, é visível que “nem sempre a família consegue exercer a função de cuidar dos mais idosos ou cumprir com esta responsabilidade, podendo assim levar a situações de internamento em lares” (NEVES, 2012, p. 7). Tal situação está ligada diretamente com a história de vida do idoso – nem todo idoso constituiu laços de afeto com seus familiares, geralmente traumas, intrigas, violência, etc. levam familiares a não desejarem prestar cuidados a seus idosos – assim como as suas características individuais, as

quais tem seu desenvolvimento nas relações interpessoais, que são construídas no decorrer da vida (NEVES, 2012).

A partir disto, é importante mencionar o que Casara, Cortelletti e Herédia (2004a, p. 33) trazem, afirmando que a “família satisfaz uma série de necessidades de seus membros, exerce um papel fundamental na saúde do idoso quando lhe proporciona condições de satisfazer suas necessidades físicas, psíquicas e sociais”. Sendo que, quando a família assume o idoso, a mesma garante que as necessidades básicas sejam satisfeitas, assim como as necessidades físicas, incluindo os cuidados pessoais, a habitação, a alimentação e o atendimento constante, bem como aos cuidados e atenção em situação de doença (CASARA; CORTELLETTI; HERÉDIA, 2004a).

A que se ressaltar que também há dois outros motivos atrelados a institucionalização de idosos, quando o idoso não constituiu família sanguínea e torna-se o único integrante vivo ou ainda idosos que mesmo com família decidem por opção se institucionalizar, nesse caso seu desejo também deve ser respeitado.

Como consequência da institucionalização, o idoso passa geralmente por sérias mudanças no seu dia-a-dia, há muitos fatores de desestabilização, começando pela existência de regras e normas impostas até a convivência diária com outras pessoas que lhes são desconhecidas e, as quais não foram escolhidas para participar de sua vida. O idoso institucionalizado pode vivenciar momentos de muita ansiedade, podendo surgir outras situações diversas quando passa a estar inserido em uma instituição (BULLA; MEDIONDO, 2004, p. 89). Cabe ainda destacar que,

o asilamento é uma consequência de situações impostas pela vida e/ou, de alguma forma, criadas pela própria pessoa institucionalizada. Pode-se configurar, na primeira, as situações socioeconômica e demográfica da família e, na segunda, o idoso que, no decorrer de sua vida, não criou vínculos que garantissem à sua velhice o amparo e a permanência no meio familiar (CASARA; CORTELLETTI; HERÉDIA, 2004a, p. 37).

É importante mencionar que a família tem como característica ser o espaço primário, onde tudo está ligado a ela, “além de ser a constituição decisiva para a construção e identificação do sujeito” (CASARA; CORTELLETTI, HERÉDIA, 2004b, p. 68). A família é constituída por várias pessoas, as quais são denominadas membros, e estes membros ocupam e desempenham papéis diferentes, a partir de

suas relações são estabelecidas obrigações, direitos e deveres, como o de pais para filhos e, de filhos para pais, essa interdependência pode modificar-se e até mesmo se alterar com o tempo, mas sempre se mantém (CASARA; CORTELLETTI; HERÉDIA, 2004b). Relacionado a isto, vale citar que,

para a concretização do que prevê a Constituição e a Lei natural, a estrutura familiar na vida de qualquer pessoa é fundamental, e as relações familiares são as que o idoso deveria viver com mais assiduidade e intensidade, não somente no sentido de garantir sua permanência, atenção e cuidados no seio da família, como também de estabelecer e manter recíprocas satisfatórias (CASARA; CORTELLETTI; HERÉDIA, 2004b, p. 68).

Todos os membros da família têm seus direitos e deveres, e a família tem como função: oferecer pertencimento, propiciar um espaço de inserção, assim como ser respeitado e reconhecido, no entanto, quando o idoso não está entre a família, isto é, quando é afastado da mesma, há um rompimento dessas funções, e isto pode levar a sentimentos de angústia, tristeza, solidão, abandono, desrespeito, desprezo e desamparo, que não raro levam a somatização e posterior estado patológico.

Há vários motivos para a institucionalização dos idosos que levam diretamente a uma série de consequências que os afetam de tal forma que muitos acabam por não mais se preocupar com si próprios, seus corpos já estão fracos, mas o que realmente eles querem não é somente vitalidade para que possam ser novamente independentes e sim o afeto daqueles que mais amam, aqueles que mais aparecem em suas lembranças do que em seu dia-a-dia para lhes visitarem. Quando não sentem falta da vida que tiveram antes da institucionalização almejam ser respeitados, ter direitos exercidos e acima de tudo ter sua identidade e autonomia preservada enquanto dignidade humana.

#### **4 LAZER PARA OS IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS EM MUNICÍPIOS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL: RESULTADOS DOS ESTUDOS**

Este capítulo contextualiza a análise dos resultados oriundos do processo de pesquisa, o qual envolveu entrevista com duas Instituições de Longa Permanência situadas em municípios da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Em uma dessas instituições foi realizada entrevista com a presidente e na outra instituição com a recrecionista indicada pela gestão. Destaca-se que ambas as Instituições são filantrópicas, portanto privadas, porém inscritas como entidades assistenciais de alta complexidade<sup>13</sup>. Por serem inscritas como entidades assistenciais devem estar amparadas e estruturadas conforme diretrizes do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), a qual a partir de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, supondo a articulação dentre todas estas unidades de provisão de proteção social através da classificação de básica e especial (média e alta complexidade).

Enquanto entidades filantrópicas e inscritas como assistenciais também estão sujeitas a fiscalizações públicas como ministério público e conselhos de direito. As secretarias municipais responsáveis pela política de assistência social e o conselho municipal de assistência – e do idoso onde estiver em funcionamento - são os órgãos que devem acompanhar o funcionamento dessas Instituições mesmo sendo privadas, pois estão cadastradas como sem fins lucrativos e de atendimento assistencial.

É necessário citar que os objetivos específicos do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (que trata das atividades de lazer proporcionadas aos idosos institucionalizados, bem como de profissionais preparados para aplicá-las, o seu planejamento, a frequência da realização das atividades e os desafios para a sua efetivação) foram esclarecidos de forma consistente nas referências deste trabalho, sendo assim entende-se que os objetivos propostos foram alcançados.

---

<sup>13</sup> Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. Tais como: atendimento integral institucional; casa-lar; república; casa de passagem; albergue; família substituta; família acolhedora; medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada); trabalho protegido (Lei Orgânica de Assistência Social, 3ª edição, atualizada até 5/02/2016).

Tornou-se necessário apresentar reflexões e ponderações acerca da importância da compreensão das Instituições de Longa Permanência referente o acesso ao lazer para os idosos institucionalizados, assim como a trajetória histórica dessas instituições no Brasil, as leis e políticas de atendimento ao idoso e os motivos e consequência da institucionalização dos mesmos para que se chegasse até a análise dos resultados, assim realizou-se constante movimento dialético buscando indícios na historicidade, saindo de um universo particular em busca de totalidades significativas.

Desta forma, apresentar-se-á uma reflexão sobre a importância do lazer nas instituições, onde será explicitado a partir de entrevistas realizadas com profissionais de duas Instituições de Longa Permanência, a percepção que ambas instituições pesquisadas tem, referente aos profissionais capacitados, a realização, planejamento, e os desafios para a efetivação do lazer cotidianamente.

#### **4.1 A compreensão da categoria Lazer**

Os dados foram coletados a partir da entrevista com a presidente de uma das Instituições e com a recreacionista da outra Instituição no ano de 2017. Para a realização da coleta de dados foi primeiramente apresentado o projeto de pesquisa para ambas as Instituições, com o foco de entrevistar a presidente de cada instituição. No entanto, em uma delas foi realizada a coleta com a recreacionista por falta de disponibilidade da presidente. A partir do convite aceito para a efetivação da coleta foi agendada entrevista em dia oportuno sendo que foi assinado, por ambas entrevistadas, termos de consentimentos livres e esclarecidos (TCLEs).

Com base nos dados coletados, materializa-se a análise de conteúdo com ponderações pertinentes de dados da realidade pesquisada. A partir da entrevista pode-se apreender considerações elementares para este estudo, contribuindo significativamente para uma maior percepção das Instituições de Longa Permanência sobre a categoria lazer.

Para a categoria lazer ser considerada importante em uma Instituição de Longa Permanência, é relevante que esta categoria deva ser compreendida em seu todo, pois “o lazer surge com o intuito de realização do ser humano em sua plenitude” (MEISTER, 2005, p. 13). Não raro o lazer geralmente é visto



exclusivamente como uma atividade recreativa sem preocupação, livre, sem pretensão. Destaca-se que “a recreação tem o papel de resgatar as atividades culturais, bem como qualquer atividade que seja agradável para o indivíduo e que respeite a autonomia e a participação” (MAISTER, 2009, p. 46).

Sua finalidade é simplesmente lúdica, buscando-se alguns resultados imediatos de ocupar o tempo livre, sem uma técnica apurada nem regulamentações, possibilitando a utilização de espaços e de materiais não convencionais (MAISTER, 2009, p. 46).

A recreação pode até ser da forma como está mencionada logo acima, sem preocupação, e nada impede que se possa assim realizá-la. Porém o lazer pode ter em si um grau elevado de ocupação e preocupação, mas isso depende da maneira como cada pessoa entende o lazer (MEISTER, 2005).

Adentrando na coleta de dados realizada, a partir da indagação sobre a necessidade do lazer para o idoso institucionalizado, a entrevistada A relatou que o lazer “é importante pra fazer a união um com o outro, que às vezes é difícil de fazer eles terem interação, tem que achar uma forma deles conviverem, né, porque eles são difíceis, são diferentes”, é visto que esta fala direciona a relevância do lazer ligado a possibilidade de união e interação, ou seja, surge aí uma categoria empírica ligada ao lazer, a “*socialização*” que significa

o processo pelo qual ao longo da vida a pessoa humana aprende e interioriza os elementos sócio-culturais do meio, integrando-os na natureza da sua personalidade sob a influência de experiências de agentes sociais significativos, adaptando-se assim ao ambiente social em que deve viver (ROCHER apud OSBORNE, s.d, p. 44)<sup>14</sup>.

Estes são aspectos significativos para uma vida satisfatória, ainda mais em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos, onde eles/elas convivem diariamente com outros idosos, sendo que a vida em instituições pode impor “aos seus residentes o permanente desafio de um viver cotidiano cada vez mais engessado, devido à rigidez das normas” (GOMES, 2009, p. 48). Não somente pelas normas estabelecidas, mas por estarem duplamente privados de uma certa liberdade, tanto pela condição de idosos como por estarem institucionalizados e,

---

<sup>14</sup> Disponível no site: <<https://pt.scribd.com/document/7771703/Richard-Osborne-Dicionario-de-Sociologia-PDF>>

esta socialização também diz respeito a vivência com outras pessoas que até então não conhecia, as quais têm manias, percepções e gostos completamente diferentes.

O lazer pode ocasionar contribuições significantes para a inserção do idoso na ambiente social, isto é, para a sua socialização no meio onde vive. Perante o novo quadro de elevação do número da população idosa no Brasil, é necessário sensibilizar Estado e sociedade sobre as mudanças indispensáveis para o bem-estar da população idosa, inclusive para os residentes de Instituições de Longa Permanência para Idosos. Para que isto venha a se tornar real, é preciso desconstruir a ideia de caridade, oriunda desde sua gênese, e compreender estes locais como Instituições que prestam serviços perante a demanda atual de atendimento ao idoso (MOURA; SOUZA, 2013).

Dentro deste contexto, surgiu, na fala da entrevistada A, algo interessante para se refletir; o termo “são difíceis”. Isso implica a pensar o que pode ser considerado um idoso difícil, talvez aquele idoso que se nega a participar das atividades, que não contribui para a realização da mesma, incluindo aí atividades de lazer? Ficou explícito que o “são difíceis” nesse sentido comprometerá possibilidades de socialização. Para tanto, é de muito importância compreender que o idoso tem suas particularidades que precisam ser vistas a luz de sua singularidade, pois nem todos os idosos irão gostar e/ou sentir prazer em participar de determinadas atividades realizadas. A opção por desejar ou não participar de determinadas situações pode ser aceita ou não, em qualquer faixa etária, por certo pode parecer que na velhice isso pareça mais complexo pelo fato que o idoso tem valores e costumes possivelmente mais enraizados por sua experiência de vida.

Retornando ao questionamento sobre a compreensão de lazer, a entrevistada B mencionou o seguinte:

“O lazer é importante pra todo mundo em primeiro lugar, né. E principalmente pro idoso que está ali distante da família. Então eu acho que o lazer é importante pra qualquer pessoa, em especial pra eles que na verdade tão ali naquela instituição longe da família e até pra uma distração deles, né, além de ser, por exemplo, como uma forma até de passar mais rápido o tempo, tendo qualquer atividade que ocupe a pessoa, parece que passa mais rápido, né, não só para o idoso, mas pra qualquer pessoa”.

Acerca desta resposta, vê-se uma categoria empírica relevante para se analisar, lazer enquanto “*distração*”, termo este que significa “entretenimento,

passatempo, divertimento, recreação<sup>15</sup>. A distração faz com que o lazer seja também uma forma de amenizar consequências da institucionalização, como por exemplo, a distância que os idosos têm de seus familiares, uma maneira de distraí-los da saudade, e até mesmo do sentimento de abandono que toma os seus pensamentos a ponto de gerar adoecimento emocional e alterações em seu comportamento, sendo o lazer uma alternativa com o intuito de entretê-los, fazendo com que se sintam vistos, incluídos e ativos.

Em relação a mesma fala, surge outra categoria empírica, sobre o “*tempo*”, isto é, através das atividades de lazer na Instituição, o tempo passa mais rápido para os idosos e, desta forma, direciona-se a refletir que a questão do tempo para o idoso é significativa; o que pode ser contraditório, pois ao mesmo tempo que o idoso tem muito tempo – em decorrência de poder estar ocioso na instituição —, ele não tem mais tempo, por estar na última etapa de vida. A partir disso, vale mencionar que, desde o nascimento o ser humano passa ter o tempo como condicionante de idade, posteriormente também condicionado pelo mercado de trabalho, pois o ser social passa a obrigatoriamente ter que estudar, trabalhar, produzir, ser alguém na vida, sendo tal um aspecto histórico. De tal modo, esse sistema passa alienar a noção que pode-se ter sobre o tempo:

no decorrer da vida se percebe que a quantidade de tempo livre é maior na infância e adolescência, diminuindo na fase adulta e aumentando com a aposentadoria. Muitas vezes este tempo não é valorizado pelos aposentados, acostumados no ritmo da produção (MOURA; SOUZA, 2013, p. 70).

É válido dizer que a sociedade capitalista, tem um olhar diferente, até mesmo de preconceito para com os idosos, em relação aos que estão na condição de aposentados, pois estes não estão mais inseridos no mercado de trabalho, produzindo como todos os jovens e adultos. Assim, cabe afirmar que

é preciso romper e superar a visão de produtividade imposta pela sociedade capitalista, a qual após a aposentadoria, um caminho de declínio até a morte dos indivíduos; pelo contrário, experiências de vida, aprendizagens, cultura e lazer não são lineares e podem ser incluídos na rotina dos idosos como forma de dar sentido a uma vida que continua após a aposentadoria (BERLEZE, 2014, p. 196).

---

<sup>15</sup> Disponível no site: <<https://www.dicio.com.br/distracao/>>

Sobre outra questão, quando se questionou o que pode ser considerado lazer, a entrevistada A mencionou:

“Ah, o lazer pra eles, pra mim seria eles interagir, eles jogarem, eles brincarem, só que pelo que eu vejo eles gostam de tomar o chimarrão deles bem sossegados, de assistir filme, não coisa que movimento muito eles, acho que o que faz muita gritaria, movimento eles não gostam [...]. São poucos que gostam daquela bagunça, daquela agitação e tem uns que já nem participam porque já acham que é aquela baderna, aquela algazarra [...], eles gostam de ver, quando vem bastante aluno. Eles gostam, mas não que fiquem pegando eles pra dançar, eles gostam de sentar, conversar, dar risada”.

A partir desta fala, pode-se observar duas importantes questões em torno do “*tomar chimarrão*” e o “*dançar*”. Em virtude do termo tomar chimarrão, podemos adentrar novamente no significado do lazer e para, além disso, compreender a concepção de lazer que a sociedade pode ter. Geralmente lazer, nesse sentido, está atrelado a fazer algo, produzir, como por exemplo, fazer trabalhos manuais para logo após vendê-los, ou para guardar e até mesmo para expor. No entanto, o tomar chimarrão não se enquadra nessa percepção estabelecida pela sociedade, pois este ato não é visto como lazer podendo ser caracterizado como “fazer nada”, porém é fato que a realização de algo que dê prazer, independente da idade pode ser considerado lazer. Em virtude disso Meister (2005, p. 14-15) afirma,

o prazer poderia ser colocado como uma das atividades “inúteis” que realizamos. Porque sua função maior não é a produção de algo para a manutenção material da vida (como o trabalho, embora o trabalho também possa ser uma atividade de lazer). [...] Precisamos buscar uma forma de fazer o lazer prazeroso, o lazer que seja visto como um fato da vida, e de uma vida plena, saudável, sem obrigatoriedade de lucros, ganhos, perdas, etc.

É relevante frisar que, o lazer dentro de instituições pode ser muito estruturado somente com o que “vem de fora da instituição”, ou seja, atividades que são realizadas por grupos, instituições, sujeitos, externos a ILPs e pequenas atividades pontuais no que “vem de dentro” do âmbito e responsabilidade institucional. De um lado observa-se que a comunidade sempre está presente na instituição corroborando para uma vida mais prazerosa através de realização de atividades, porém, deve haver um certo cuidado com essa questão, pois a

comunidade pode não identificar as particularidades do idoso, sendo a concepção de lazer diferente para cada idoso institucionalizado. Nesse sentido é preciso que haja realização de atividades articulares e planejadas onde sejam discutidas questões quanto o modo de vida e desejo dos idosos envolvidos enquanto sujeitos que tem identidade e vontades próprias.

A partir da fala da entrevistada observou-se, por exemplo, a importância de se discutir o “dançar”, termo visto pela sociedade talvez de forma errônea, pois criou-se certo consenso de que todo idoso gosta de dançar, mas na verdade não, conforme a entrevistada trouxe em sua resposta, nem todos os idosos gostam de dançar, mas gostam de observar os outros dançar, algo que não deixa de ser um tipo de lazer, pois isto os deixa felizes, eles sentem prazer em assistir o movimento, o idoso pode não estar dançado, mas está envolvido na atividade, sendo um espectador. Desta forma,

o lazer, na terceira idade, deve ser momento de reciprocidade, onde se consiga estabelecer vínculos importantes com as pessoas e realidades ricas de sentido, como músicas, encontros, harmonização, festas, etc (MAISTER, 2005, p. 17).

Ainda sobre a mesma questão, o que pode ser considerado lazer, a entrevistada B relatou:

“Ah, jogos né, que eles gostam bastante. Outra coisa, também tinha, por exemplo, gincana né [...], tinha também uma vez nós tivemos uma contadora de história também, então isto também é o lazer né, mais ou menos isso”.

A partir dessa fala vê-se atividades voltada para o grande grupo, embora isso seja importante principalmente para socialização, para tanto, é importante frisar que estas práticas caracterizam-se como atividades recreativas, referente a isto Voser, Gonzales e Cruz (2005, p. 46) relatam que “como fator motivacional, pode-se incluir a gincana, a sessão historiada ou dramatizada, o verso, o canto, a dança e a música”. Além disso,

no âmbito social a recreação permite maior interação com as demais pessoas, promove o crescimento social, ampliando o círculo das relações sociais, através das amizades, e possibilita o desenvolvimento do espírito comunitário (VOSER; GONZALES; CRUZ, 2005, p. 47).

Por meio das respostas das entrevistadas notou-se que as Instituições de Longa Permanência para Idoso compreendem a importância da categoria lazer, porém tal termo vai além de sua compreensão, está também na sua aplicabilidade, e a partir da leitura e interpretação das falas constatou-se que as atividades propostas eram realizadas com todo grupo, pois como já foi mencionado logo acima, os idosos têm gostos e percepções diferentes, assim como necessidades e dificuldades diferentes, e, para que os idosos consigam realizar as atividades de acordo com suas necessidades e dificuldades, é necessário atividades em pequenos grupos ou, até mesmo, individuais, caso seja possível, para que todos, além de realizar as atividades, consigam apreender o seu significado sentindo-se felizes e satisfeitos.

#### **4.2 Estrutura e Desenvolvimento das Atividades de Lazer**

O lazer nos dias atuais é definido por aversões ao conjunto de necessidades e obrigações da vida cotidiana. Recordando que o mesmo é inicialmente liberação e prazer. Assim pode-se, no âmbito do lazer, encontrar-se com três funções: a) função de descanso; b) função de divertimento, recreação e entretenimento; c) função de desenvolvimento (MORAES, 2005). Em detrimento das funções ressalta-se que,

o descanso é função segundo a qual o lazer é um reparador dos desgastes físicos e mentais provocados pelas tensões das obrigações cotidianas e, particularmente do trabalho. [...] A segunda função compreende divertimento, recreação e entretenimento. Tem um caráter reparador do tédio causado pela fadiga. [...] A função do desenvolvimento da personalidade permite uma participação social maior e mais livre, a prática de cultura desinteressada do corpo, da sensibilidade e da razão. Além da formação prática e técnica, oferece novas possibilidades de interação voluntária à vida de agrupamentos recreativos, culturais e sociais [...] (MORAES, 2005, p.58).

Conforme os valores individuais, sociais e da filosofia de vida, o envelhecimento para alguns idosos pode ser um momento de vazio, sem valor, inútil e até mesmo sem sentido, no entanto para outros pode ser um momento de liberdade, onde há o desligamento de compromissos profissionais e com a oportunidade de fazer aquilo que não teve tempo de fazer. É nesta fase da vida, a velhice, que há geralmente um despreparo (MORAES, 2005). Em virtude desse

despreparo, é muito importante que se tenha uma estrutura planejada para o desenvolvimento das atividades de lazer.

De acordo com a questão que cita quais atividades de lazer são proporcionadas aos idosos, a entrevistada A relatou, “passeios né, tem filmes que eu trago, tem os jogos de bingo, tem as visitas que geralmente trazem alguma programação diferente”, já a entrevistada B mencionou, “são jogos, brincadeiras assim diversas dessas de roda, até, por exemplo, contar história”, a mesma ainda relatou que ao contar a história era pedido a eles que dramatizassem o que estavam ouvindo. Referente às falas, as duas entrevistadas mencionaram como uma das atividades realizadas nas Instituições os jogos, sendo estes uma forma de fazer com que eles interajam, comuniquem-se e também como uma maneira de aprendizagem e desenvolvimento. A partir disso,

vale considerar que o jogo como instrumento de aprendizagem é um recurso de extremo interesse [...], uma vez que sua importância está diretamente ligada ao desenvolvimento do ser humano em uma perspectiva social (ALVES; BIANCHIN, 2010, p. 283).

A respeito dos jogos, é viável explicar a gênese dessa palavra, a mesma “se origina do vocábulo latino, *lubus*, e significa diversão, brincadeira e que é tido como um recurso capaz de promover um ambiente planejado, motivador, agradável e enriquecido, possibilitando a aprendizagem de várias habilidades” (ALVES; BIANCHIN, 2010, p. 283). Assim, é possível afirmar que o jogo é muito significativo, mas não somente para incentivar a imaginação, mas também para ajudar no desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais (ALVES; BIANCHIN, 2010).

Em relação a quantas vezes por semana o idoso tem acesso ao lazer, a entrevistada A afirmou, “todos os dias, porque geralmente tem uma atividade de fora, agora que voltou as aulas, aí sempre tem alguma coisa”, percebe-se novamente, até mesmo mais enfatizado que as atividades baseiam-se no que vem de fora. No entanto, considera-se importante salientar que é valoroso que a comunidade vá ao encontro dos idosos, para que haja uma interação destes com os idosos institucionalizados e para que os mesmos possam se sentir incluídos, pois estar inserido em uma Instituição é estar, de uma certa maneira, a par da sociedade. Porém algumas atividades precisam ser propostas e realizadas por profissionais da Instituição, sendo que estes conhecem as particularidades, necessidades e

dificuldades dos idosos, contribuindo para que todos, independente dos obstáculos, possam realizar algum tipo de lazer, se desenvolvendo e aprendendo. Já entrevistada B respondeu:

“Em média três vezes por semana. Na parte da tarde sempre. Na parte da manhã não dá por que tem pouco tempo e geralmente os banhos são de manhã, então sempre complica. É melhor de tarde, né, porque a tarde tá mais liberado pra eles, né”.

Na literatura estudada para essa pesquisa não há uma indicação de qual a frequência e periodicidade mais adequada e o tempo de duração das atividades de lazer. Contudo, considerando que o envelhecimento é heterogêneo, ou seja, diferente de sujeito para sujeito, a frequência e o tempo das atividades devem ser de acordo com as necessidades e possibilidades da realidade de cada idoso.

De acordo com a indagação que falava se dentro da Instituição havia profissionais preparados para aplicar as atividades de lazer, a entrevistada A salienta; “Sim. Eu e a recreacionista”, já na outra instituição não há um profissional para aplicar as atividades, pois a entrevistada B relatou que o ano passado (2016) ainda havia, mas “ela foi embora, e a gente até colocou no jornal, a gente tá aguardando que apareça alguém”, então como não há um/a profissional para esta função, quem realiza as atividades é a secretária, em virtude disso a entrevistada B ainda afirmou:

“Alguma coisa ela sempre faz, mas assim, uma profissional só pra aquilo ali não. Tem pessoas das igrejas que vão e já fazem também um tipo de recreação, oração, canto, mas não é aquela profissional que tinha, que é específico pra aquela atividade. Seria a recreacionista”.

É relevante observar que apesar de não haver um/a profissional apto/a para as atividades, a instituição tem noção de quão importante o/a mesma tem para a aplicabilidade de ações de lazer, a partir de sua fala, quando esclarece que é a secretária que realiza algo com os idosos, não sendo ela preparada para a função, e que estão à procura de uma recreacionista. Contudo, é preciso enfatizar que a pessoa que no momento exerce a função de recreacionista está desenvolvendo duas funções, sobrecarregando o seu trabalho, elaborando e realizando atividades que não competem a sua função dentro da Instituição. Em situações como está



também corre-se o risco de incorrer em atividades não próprias para o público idoso, que podem inclusive gerar situações de risco tanto físico como emocional.

Pelegrin et al. (2008) apud Moura e Souza (p. 72, 2013) afirmam que “o ideal para uma boa qualidade de vida do idoso institucionalizado seria o trabalho conjunto das equipes multidisciplinares, observando as diferentes necessidades dos residentes”, assim como o trabalho interdisciplinar, sendo este trabalho muito importante para uma melhor eficácia das atividades, abrangendo não somente a recreacionista, mas também profissionais psicólogos, fisioterapeutas, educadores físicos e assistentes sociais. No entanto isso dependerá das necessidades da Instituição e dos idosos, mas é fundamental salientar que independente de qual seja a equipe, o trabalho interdisciplinar possibilita observar as situações com olhar integral, pois a interdisciplinaridade nada mais é do que a interação de disciplinas distintas, a qual “busca relacionar as disciplinas no momento de enfrentar temas de estudo”<sup>16</sup>.

A partir da indagação, a fim de saber se há um plano sistematizado de oferta de lazer, ambas as entrevistadas disseram que sim, a entrevistada A ainda mencionou que “às vezes tu não segue”, provavelmente em decorrência de orçamento e sobreposição de atividades cotidianas. Já a entrevistada B falou que “o plano quem faz é a recreacionista, né. Claro que sempre supervisionado por nós, ela apresenta qual é o projeto dela aí a gente faz”, porém, como não há ainda uma recreacionista segundo a entrevistada B, não foi elaborado um plano sistematizado de lazer neste ano de 2017.

Desta forma, entende-se que o plano de atividades de lazer contribua significativamente para que se tenha não só uma elaboração consistente das atividades, mas desenvolvimento sistematizando com algum sentido e norte. A partir disso, Silva, M., (s.d, p. 2) destaca:

O plano consiste na sistematização do processo de organização da ação. No plano devem estar sistematizadas as ações que se pretende desenvolver, informações e princípios que balizam e sustentam essas ações. Ele se constitui num guia para a ação. Se o planejamento consiste no processo de tomada de decisões, o plano é a formalização dos diferentes momentos desse processo. O plano se configura, portanto, num registro escrito, apresentado sob a forma de um documento.

---

<sup>16</sup> Disponível no site: <<http://www.infoescola.com/pedagogia/interdisciplinaridade/>>

Conforme a descrição do que o plano consiste, cabe frisar a diferenças deste com o termo planejamento, sendo que ambos contêm elementos distintos. Assim,

deve-se diferenciar planejamento de plano uma vez que o plano é elemento pronto e acabado a ser exposto sobre a realidade visando à sua transformação, enquanto que o planejamento é um processo de trabalho permanente. No processo de planejamento, os planos são a expressão localizada, temporal e espacial de um conjunto de medidas, visando à evolução da realidade, devendo ser objeto de permanente atualização (GIRALDI; LEITE, 2010, p. 7).

Destaca-se a necessidade tanto do plano quanto do planejamento, pois quando opta-se por essas duas vertentes se reconhece determinada demanda como necessária, o que pode estimular institucionalmente a realização das mesmas. Quando uma instituição estabelece um planejamento e um plano de lazer – assim como outras necessidades – certamente incide no fato que reconhece a atividade como legítima.

Referente à próxima questão que é sobre como é definido e organizado este plano, as duas entrevistadas convergiram em suas respostas, a entrevistada A disse:

“É feito anualmente, no mês eu sempre faço uma folha, né, porque alguém, alguma escola liga, o dia 3 a gente quer ir, aí eu marco lá o dia 3, só pra mim ter um controle [...] pra ti não por 3,4,5 atividades no mesmo dia, que acaba eles não aproveitando. A gente faz um cronograma, vai encaixando as visitas de fora”.

Referente a esta mesma questão, a entrevistada B mencionou, “a recreacionista elabora, organiza e apresenta pra nós”, segundo a mesma, este plano é elaborado anualmente (no entanto, como ainda não há uma recreacionista na Instituição, o plano sistematizado de oferta de lazer não foi apresentado). A partir da fala da entrevistada A, observou-se que além de ser elaborado um plano anualmente, há um cronograma organizado no mês, para que seja encaixado atividades trazidas pela comunidade, ocorrendo um planejamento e até mesmo um controle sobre quais e quantas atividades serão realizadas no mês. Pois é preciso planejar, para que se tenha domínio do que será realizado. Destaca-se que:

As acepções do planejamento são discutidas amplamente em nossos dias, onde abrange uma gama de ideias. Por si só, não constitui a fórmula mágica que soluciona ou muda a problemática a ser resolvida. Exige uma busca

cada vez maior de estudos que favoreçam o estabelecimento de diretrizes realistas (BORBA, 2011, p. 6).

Assim, pode-se dizer que “o planejamento ajuda a alcançar a eficiência, isto é, elaborar-se um processo de planejamento a fim que seja bem feito aquilo que se faz dentro dos limites previstos para aquela execução” (BORBA, 2011, p. 14). Sendo que,

no planejamento é preciso que se tenha em vista a ação, isto é, a consciência de que a elaboração é apenas um dos aspectos do processo e que há necessidade da existência do aspecto execução e do aspecto avaliação. Assim, no planejamento, é imprescindível que se tenha em mente que é também tornar clara e precisa a ação, organizar o que faz sintonizar ideias, realidade e recursos para tornar mais eficiente a ação (BORBA, 2011, p. 14).

É visto que a elaboração é um aspecto muito importante para verificar que distância se está da realidade de cada tipo de atividade, e observando até que ponto está contribuindo para o resultado final que se deseja, fazendo com que a ação ocorra de forma eficiente. No entanto, para que o planejamento venha a ser bem sucedido, é preciso estabelecer objetivos e saber qual sua finalidade, para que não se perca tempo e muito menos o propósito das atividades, sendo os objetivos uma das partes mais importantes no processo de planejamento (BORBA, 2011). Contudo, segundo a perspectiva de Baptista (p. 13, 2003),

o planejamento refere-se, ao mesmo tempo, à seleção das atividades necessárias para atender a questões determinadas e à otimização de seu inter-relacionamento, levando em conta os condicionantes impostos a cada caso (recursos, prazos e outros); diz respeito, também, à decisão sobre os caminhos a serem percorridos pela ação e às providências necessárias à sua adoção, ao acompanhamento da execução, ao controle, à avaliação e à redefinição da ação.

Assim, “o planejamento é a ferramenta para pensar e agir dentro de uma sistemática analítica própria, estudando as situações, provendo seus limites e suas possibilidades, propondo-se objetivos, definindo-se estratégias” (BAPTISTA, 2003, p. 14). Compreendendo desta forma, que a elaboração de um bom planejamento possibilita refletir a subjetividade dos que irão realizar as atividades, incorporando a

análise de aprendizagem, direcionando um olhar além do conhecimento e do saber (BORBA, 2011).

### **4.3 Os desafios para efetivação de Atividades de Lazer**

Compreende-se que as realizações de atividades de lazer em Instituições de Longa Permanência são de fundamental importância e que a categoria lazer “é um conjunto de ocupações as quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se” (DUMAZEDIER, 1973, p. 338 apud MORAES, 2005, p. 56). Sendo que,

o dimensionamento do lazer reside na possibilidade de suscitar atitudes ativas durante a utilização do tempo livre, como a participação consciente e voluntária na vida social, opondo-se ao isolamento e ao recolhimento social, e a exigência de um progresso pessoal livre, pela busca, na utilização do tempo livre, de um equilíbrio, na medida do possível pessoal, entre o repouso, a distração e o desenvolvimento contínuo e harmonioso da personalidade (MORAES, 2005, p. 60).

Para tanto, quando as atividades de lazer não são realizadas, ou quando não ocorrem de forma que estava prevista, deve-se pensar quais são os desafios para que as mesmas se efetivem ou para que elas sucedam da forma que estava planejada. Em detrimento disso, foi questionado as entrevistadas quais os desafios enfrentados pela Instituição para que se efetivassem atividades de lazer. Conforme essa questão, a entrevistada A relatou:

“Às vezes a gente esbarra em alguns obstáculos, né, como aqui... assim, pra fazer uma atividade aqui na recreação, só tu é meio difícil, porque é muitos de cadeira. Tu tem que trazer todos eles pra cá, trazer de um em um é diferente, tu gasta um tempão trazendo eles do que na verdade fazendo a atividade”.

A mesma ainda disse:

“Pela Instituição o que tu pedir tu consegue, acho que mais é pelos idosos, eles terem vontade de fazer, sabe. É bem difícil, tem uns assim que não participam de nada, não é nem todos. Se tu pedir uma bala, conseguem, se tu pedir balão conseguem, eu acho que a dificuldade é eles”.

A partir desta fala, nota-se que um dos desafios para a efetivação das atividades é o número elevado de idosos cadeirantes para somente uma recreacionista. Para tanto, a entrevistada afirmou que precisaria de mais uma recreacionista. Isso nos remete a pensar sobre essa situação, pois o obstáculo não está em ter muitos cadeirantes, mas sim em não ter mais profissionais para corroborar no andamento das atividades, para além dessa reflexão, deve-se compreender que havendo idosos cadeirantes na Instituição precisa-se haver um planejamento de atividades que eles/elas possam realizar, caso não consigam desempenhar as ações de lazer como os outros idosos que não estão na mesma condição, pois todos, independente da condição física, precisam e merecem ter o acesso ao lazer, à atividades de acordo com o com seus gostos, necessidades e particularidades.

De acordo com o que foi explanado acima, Trindade (2005, p. 92) ressalva que, “pensar em envelhecimento com dependência gera a busca de demandas que recriam os ambientes e suas formas de utilização para que o indivíduo venha desempenhar as suas funções individuais e sociais”. Ver o lazer para os idosos com limitações físicas, faz-nos repensar em atividades voltadas este público, algo que facilite a sua aprendizagem e desenvolvimento. Destaca-se que:

[...] necessitamos refletir sobre a inclusão de pessoas com restrições físicas a partir das condições que facilitam a manutenção de autonomia do indivíduo, quer seja ele uma pessoa com mais de 60 anos de idade ou não [...]. A ideia de oferecer uma quantidade maior de possibilidades para as pessoas que vivem com algum tipo de restrição física ganha importância, à medida que acelera-se o processo de envelhecimento da população brasileira (TRINDADE, 2005, p. 92).

Outra questão importante para se observar é quando a entrevistada (a) A fala, “tem uns que não participam de nada”, em detrimento disso, deve ser analisado o porque da não participação. É uma atividade que o idoso consiga e goste de realizar? É uma atividade voltada para os idosos ativos ou para os que têm restrições físicas, ou para os dois públicos? Pois, para se compreender a não aceitação das ações de lazer precisa-se estudar quais as causas que fazem os idosos não participarem do que está sendo proposto. De acordo com essa observação, é visto que há um fator que interfere no equilíbrio psicossocial do idoso que é a perda de sua autonomia, assim como a sua capacidade e direito em poder

eleger as regras de sua maneira (PESSÔA, 2010). Pois, a “orientação de seus atos e os riscos inerentes a eles, além da possibilidade de realizar suas atividades sem a ajuda de terceiros, repercute em seu exercício pleno de ser social e de cidadania” (PESSÔA, 2010, p. 74). No entanto, ao pensar na inexistência da autonomia do idoso, vê-se a dependência como fator principal em sua vida nesta fase da vida. Desta forma Bentes (2012, p. 202) afirma:

A dependência é reforçada como a resultante de perdas funcionais e da relação do idoso com seus parceiros sociais, influenciada por estereótipos negativos (idoso caracterizado como fragilizado e sem autonomia), e que pode levar à perda de motivação, à solidão e ao desamparo, assim como ao déficit cognitivo e à depressão grave, isto acontece frequentemente com idosos dependentes residentes em Instituições de Longa Permanência.

Assim, é necessário voltar o olhar para autonomia do idoso institucionalizado e compreender “que ainda há um caminho a ser percorrido, em que a autonomia do idoso deva perseverar em suas escolhas, para que ele possa opinar sob as decisões que permeiam seu cotidiano” (PESSÔA, 2010, p. 208). Do mesmo modo,

no campo do envelhecimento está relacionada à manutenção da autonomia, isto é, à medida que o idoso mantém sua capacidade funcional, por meio de atividades de vida diária, a tendência da qualidade de vida torna-se elevada (GALISTEU et al., 2006 apud BENTES; PEDROSO; MACIEL, 2012, p. 197).

Para que tais questões sejam realmente concretizadas, tratando-se das instituições de longa permanência, deve ser ressaltada a importância da autonomia do sujeito, que nada mais é do que a liberdade de escolha perante a sua realidade, assim como o autocontrole sobre a vida, que está pautada na capacidade do sujeito ser dependente na concretização da atividade do cotidiano (PESSÔA, 2010).

Na cultura do Brasil, é muito recente ligar o lazer à saúde, pois, até pouco tempo, as atividades de lazer eram possíveis para pessoas com maior potencial econômico, sendo supérfluo para sujeitos que não se enquadravam nesse padrão e principalmente para a população idosa. O conceito de lazer é muito contemporâneo, ainda mais se tratando de idosos, pois atualmente observa-se que há indicações para que o idoso se divirta, tenha atividades lazer, algo que está assegurado em lei.

Referente aos desafios enfrentados pela Instituição para que se efetivassem atividades de lazer, a entrevista B mencionou:

“Às vezes a gente tem um pouco de dificuldade pra arrumar pessoa, como é o caso agora que a gente ta sem. A outra, é um pouco também pra ti adquirir os materiais pra efetivar mesmo a programação, e outra também é a dificuldade motora deles. Por exemplo, pra recorte e colagem, essas coisas eles não tem muita habilidade, já por ser idoso eles não tem muita habilidade, né, de uma maneira eles conseguem, mas não muito, pela idade, pela situação deles. E o nível cultural dos nossos idosos são muito baixo”.

A partir dessa fala percebeu-se que, em relação aos materiais, para a realização das atividades de lazer, as Instituições divergem, sendo que enquanto uma entrevistada respondeu que é fácil consegui-los, a outra relatou que há dificuldade em adquiri-los.

Em detrimento disso, nota-se a necessidade de haver um orçamento para atividades de lazer, para tanto, sendo as Instituições de Longa Permanência para idosos na maioria privadas, as quais se mantêm de doações, convênios, onde a prioridade acaba ficando em torno da saúde em termos de medicamentos e consultas, o lazer tende a ficar em segundo plano, não sendo priorizado. Desta forma é fundamental chamar atenção para necessidade de o Estado prover espaço publico de acolhimento para idosos, tornando possível a realização de atividades que contemplem a idade e as necessidades dos idosos de forma adequada e profissional.

Outra questão a ser considerada é a dificuldade motora dos idosos, mencionada pela entrevistada B. Destaca-se que estando o indivíduo na velhice, o seu corpo sofre algumas modificações, as quais têm rebatimentos determinantes no seu bem-estar. De tal modo, em virtude da idade já avançada. Silva, A., (2014, p. 13) afirma que, “o idoso apresenta uma redução no seu desempenho motor, fato este que o limita ou o impossibilita de realizar algumas atividades da vida diária (AVDs) e que pode deixá-lo parcialmente dependente”.

Geralmente, a velhice está ligada às modificações do corpo, com o aparecimento das rugas e dos cabelos brancos, com o andar mais lento, com a diminuição das capacidades auditivas e visuais, e com o corpo frágil. Essa é a velhice biologicamente normal, que evolui progressivamente e prevalece sobre o envelhecimento cronológico (SILVA, 2014, p. 13).

A partir disto, compreende-se que, caso haja alguma atividade que venha a exigir maior habilidade motora por parte dos idosos, será preciso um auxílio maior

para que consigam realizar a mesma, ou terá de ser planejado algo e/ou uma parte da atividade que consigam atingir sozinhos, pois estando eles na velhice, talvez nem todos possam realizá-la com êxito individualmente, sendo que nesta fase da vida há várias modificações não somente em seu corpo, mas também em sua vida.

Esta fase apresenta algumas manifestações físicas, psicológicas, sociais e debilitantes, dos quais se destacam a diminuição da capacidade funcional, trabalho e resistência; aparecimento da solidão; calvície; perda dos papéis sociais; prejuízos psicológicos, motores e afetivos (FECHINI; TROMPIERI, 2012, p. 112).

De acordo com a mesma questão sobre os desafios para se efetivar o lazer na Instituição, a entrevistada B fala que “o nível cultural dos nossos idosos são muito baixo”. Esta ponderação faz-nos refletir qual o significado do lazer para cada pessoa, e que todos, independente do nível cultural, realizam atividades de lazer no seu cotidiano, mesmo não percebendo algumas vezes, pois o lazer não é somente assistir uma peça de teatro, praticar atividade física ou dançar, mas sim, realizar a atividade que for e sentir-se alegre e satisfeito em praticá-la; isso pode gerar desde apreciar exposições de arte até mesmo realizar um trabalho manual, colecionar objetos, meditar, rezar ou qualquer outra atividade que gere satisfação. Pontua-se que,

o lazer tem um papel significativo, pois, é possível de se realizar no tempo livre fora do tempo das obrigações, em que as pessoas podem se expressar, sentirem prazer, utilizarem-se de sua criatividade para se divertirem, descansarem e se desenvolverem e que pode agregar sujeitos com desejos e necessidades semelhantes [...] (MORI; SILVA, 2010, p. 952).

Porém há que se ressaltar que o lazer nem sempre está acessível. Para pessoas desfavorecidas economicamente, o lazer não é visto em seu cotidiano. Quando trata-se da pessoa idosa as barreiras ainda podem ser mais significativas.

A necessidade de cumprir horas-extras no trabalho, preços inacessíveis dos ingressos para apreciação de eventos de caráter cultural, além de dependência de transportes coletivos e a longa distância do lar para os centros de lazer (BRUHNS, 1997 apud MORI; SILVA, 2010, p. 951).

A partir dessa citação, os autores frisam que as pessoas, ao cumprirem uma jornada de trabalho extensiva e residirem longe dos centros, não tem acesso ao



lazer, sendo caracterizado lazer somente o que está distante de sua realidade. Porém, esta atividade deve ser entendida de forma diferente, pois as pessoas são diferentes, o lazer pode ser realizado no próprio domicílio, no jardim ou na praça, não há um lugar específico pra se praticar o lazer, como também não há uma atividade específica que caracterize o lazer, o que for realizado que venha envolver, entreter, divertir e, que dê prazer e satisfação é considerado lazer, pois “para uns, pode ser uma costura, leitura, brincadeira, cinema, dançar, agir voluntariamente, estudar, namorar, e a lista pode ser infindável” (MEISTER, 2005, p. 13), conforme acima já destacado. Assim ve-se a necessidade de visualizar a categoria lazer de forma ampla ousando em concepções e desapegando de rótulos.

Em virtude do que foi exposto, é importante considerar três aspectos que não foram trazidos pelas entrevistadas como sendo desafios, mas que a partir de observações realizadas podem ser destacadas para uma maior reflexão. O primeiro é: a Instituições, de forma geral, ver o lazer como possibilidade de qualidade de vida que leva a concepção de saúde plena, ou seja, preservar aspectos físicos, sociais, culturais, econômicos e principalmente de acesso a materialização de direitos. O segundo: o reconhecimento da equipe – tanto no que diz respeito à formação de uma equipe adequada, quanto ao fato dos profissionais de forma interdisciplinar compreenderem o estímulo ao lazer como sendo benéfico e apropriado. E, por último, a dificuldade de tempo da equipe, e organização, para o atendimento coletivo e individual para com os idosos institucionalizados, considerando tempo e demandas – inclusive orçamentária – no geral são ofertadas atividades que não levam em conta as necessidades individuais dos idosos. Sendo assim, fica o desafio da busca de fortalecimento de estratégias que venham colaborar para fortalecimento e oferta adequada de lazer no envelhecimento independente se o idoso está no seio de sua família ou institucionalizado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo o Estatuto do Idoso, artigo 20. “O Idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade” (BRASIL, 2003, p. 28). Desta forma, este trabalho teve como intuito analisar se as Instituições de Longa Permanência compreendiam a importância do acesso ao lazer para os idosos institucionalizados, sendo a categoria lazer um direito do idoso, assegurado em lei. Este estudo ainda contou com o seguinte problema de pesquisa: as Instituições de Longa Permanência compreendem a importância do acesso ao lazer para os idosos institucionalizados? Respondendo este problema, as Instituições não compreendem a importância do acesso ao lazer para os idosos de forma ampla, sendo as atividades caracterizadas como passatempo e distração, envolvendo somente uma profissional da Instituição e não uma equipe interdisciplinar que venha a contribuir satisfatoriamente para a realização e desenvolvimento das atividades.

De tal modo, é necessário mencionar que além de saber que o significado dessa categoria varia de pessoa para pessoa e de cultura para cultura é preciso que a mesma seja compreendida em seu todo, e que as atividades propostas necessitam ser realizadas por pessoas capacitadas, pois o público alvo são idosos institucionalizados, cujas particularidades devem estar em pauta, para que não haja qualquer tipo de desentendimento, ou até mesmo de constrangimento.

A partir da coleta de dados, efetuada através de entrevista em duas Instituições, percebeu-se que o lazer é compreendido como “*uma forma de socialização, distração e também como um passatempo*”, mas para além disso, o lazer carece ser visto e trabalhado como algo que dê sentido, algo prazeroso, proporcionando satisfação e felicidade para os idosos.

Em relação à estrutura e desenvolvimento das atividades, notou-se que o maior número de ações de lazer são realizadas a partir de jogos, bem como por atividades trazidas pela comunidade. Conforme a análise das entrevistas, sempre há atividades durante a semana para os idosos Institucionalizados, sendo proporcionadas tanto pela Instituição, quanto pela sociedade em geral. No entanto, não é suficiente somente as atividades trazidas pela comunidade, é preciso que a Instituição, a qual conta com uma equipe de profissionais, se responsabilize por

ofertar as atividades que possam proporcionar o bem-estar dos idosos institucionalizados. Ainda é observado que a quantidade de profissionais nas Instituições é insuficiente para aplicação de desenvolvimento das atividades, bem como a falta de um trabalho interdisciplinar, sendo isso de fundamental importância para a realização e eficácia das mesmas. Contudo, para que essas ações sejam concretizadas com qualidade, é preciso que haja a elaboração de um plano, pois é no plano que ocorre a sistematização do processo de organização das atividades. Para tanto, em uma das Instituições pesquisadas, existe produção desse plano, definido e organizado no início de cada ano pela profissional recreacionista, mas esse plano não precisa ser elaborado somente por uma profissional, podendo ser em conjunto com a equipe de profissionais da Instituição, porém na outra Instituição o plano não foi elaborado este ano, por não haver profissional capacitado.

Em virtude dos desafios para a efetivação das atividades, o que prevaleceu segundo a resposta das entrevistadas foi a ausência de mais profissionais para aplicação das ações, bem como a não aceitação por parte dos idosos na realização das atividades e a dificuldade motora que os mesmos tem por sua idade já avançada. Isso significa que a falta de orçamento para as atividades, bem como a omissão do Estado em contribuir com políticas que venham proporcioná-las, não estão sendo tratadas como fundamentais. Outra questão a se observar é a não aceitação dos idosos perante as atividades, pois há o perigo de os rotularmos e culpabilizarmos por essa situação. É preciso compreender o porque dessa não aceitação e respeitar a sua decisão, buscando alternativas de atividades que todos possam atingir.

Conforme as observações realizadas a partir das entrevistas, é extremamente necessário que as instituições de Longa Permanência cumpram com o que está assegurado em lei, que é proporcionar atividades que respeitem a peculiar condição de idade do idoso, assim como as suas particularidades, abrangendo, desta forma, não somente a execução e manutenção das atividades, mas a realização dessas ações com o propósito de bem-estar do idoso institucionalizado tanto físico, como psicológico, criando alternativas de uma vida prazerosa, estimulando a sua participação espontânea e sua autonomia.

Este estudo possibilitou o entendimento sobre o lazer nestas Instituições de Longa Permanência e que ambas tem uma compreensão um tanto restrita sobre a

importância das atividades de lazer para os idosos, não sendo estabelecida como fundamental para a sua qualidade de vida. Torna-se relevante nesse Trabalho de Conclusão de Curso o relato das entrevistadas sobre o lazer nas Instituições, pois transmite a realidade sobre o tema abordado, possibilitando a reflexão desse processo e identificando aspectos que venham possibilitar a qualificação profissional.

No trabalho o intuito não era discutir o Serviço Social, mas é uma demanda para o profissional que não pode no âmbito da Instituição apenas ficar no campo tecnicista imediatista, mas ver potencialidades de fortalecimento do idoso, o qual pode se dar pela via do lazer, que pode gerar autoestima, fortalecimento de identidade e autoconfiança. Nas Instituições de longa Permanência o Assistente Social poderá desenvolver o seu trabalho junto a outros profissionais, de forma interdisciplinar, onde cada profissional com suas habilidades e conhecimento teórico-metodológico poderão contribuir para uma melhor qualidade de vida dos idosos Institucionalizados.

Desta forma, tratando-se do Serviço Social, a intervenção do mesmo “remete a reflexões e tomadas de decisão sobre os diversos aspectos que envolvam a saúde do idoso, acesso ao tratamento e garantia de seus direitos na participação desse processo” (PESSÔA, 2010, p. 201). A partir disso ainda convém mencionar que o profissional Assistente Social não restringe a sua ação a faixas etárias, mas na responsabilização de atenção à garantia de acesso aos direitos de todas as pessoas que o procuram (PESSÔA, 2010).

## REFERÊNCIAS

ALVES, Luciana. BIANCHIN, Maysa Alahmar. **O jogo como recurso de aprendizagem**. Rev. Psicopedagogia, 27(83): 282-7, 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v27n83/13.pdf>>. Acesso em: 05 de mai. 2017.

ARAÚJO, Claudia lysia de Oliveira. SOUZA, Luciana Aparecida de. FARO, Ana Cristina Mancussi e. **Trajetória das Instituições de longa Permanência para os Idosos no Brasil**. Hist. Enferm., Rev. Eletrônica; 1(2): [250-262], jul-dez. 2010. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/enfermagem/resource/pt/bde-25611>>. Acesso em: 07 de jan. 2017.

AVILA, Maria Helena Weber. **Refletindo sobre o estatuto do idoso: em perspectiva o olhar da pessoa idosa**. Trabalho de conclusão de curso em Serviço Social; Universidade Federal do Pampa – Unipampa, Campus: São Borja, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 2009.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação** / 2. ed. São Paulo, SP : Veras, 2003.

BENTES, Ana Cláudia de Oliveira. PEDROSO, Janari da Silva. MACIEL, Carlos Alberto Batista. **O Idoso nas Instituições de Longa Permanência: Uma Revisão Bibliográfica**. Aletheia 38-39, p.196-205, maio/dez. 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n38-39/n38-39a16.pdf>>. Acesso em: 11 de mai. 2017.

BERLEZE, Daniele Jacobi. TOLFO, Jéssica Comoretto. COSTA, Vera Regina Pontrémoli. MARQUES, Carmen Lúcia da Silva. **Idosos institucionalizados em Santa Maria (RS): o lazer como uma possibilidade de inclusão social**. Revista Kairós Gerontologia, 17(4), pp.189-210. ISSN 1516-2567. ISSNc 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP, 2014. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/viewFile/23820/17101>>. Acesso em: 08 de mai. 2017.

BORBA, Rubens José de. **A importância do Planejamento no Processo Ensino-Aprendizagem**. Dissertação do Curso de pós-graduação lato sensu em coordenação pedagógica. Universidade Federal do Tocantins. Araguaína - TO, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2012.

\_\_\_\_\_. **Estatuto do idoso**. Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.842, de 04 de Janeiro de 1994. Política Nacional do Idoso**. Disponível em: < <http://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2014/10/politica-nacional-do-idoso.pdf>>. Acesso em: 02 de fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica de Assistência Social**: Lei 8.742 de 7 de Dezembro de 1993. Brasília: Senado Federal, 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm)>. Acesso em: 03 de fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário**. MDS, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/bpc>>. Acesso em: 04 de fev. 2017.

BULLA, Leonia Capaverde. MEDIONDO, Marisa Zazzetta de. Velhice, dependência e vida cotidiana institucional. **Idoso Asilado: um estudo gerontológico** / orgs. Ivonne A. Cortelleti, Miriam Bonho Casara, Vania B. M. Herédia – Caxias do Sul, RS: Educs/ Edipucrs, 2004.

CHAGAS, Eduardo F. **O Método Dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto**. Doutor em Filosofia; Professor da Graduação e da Pós-Graduação do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC), P. 1-18, 2012. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6520\\_Chagas\\_Eduardo.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6520_Chagas_Eduardo.pdf)>. Acesso em 27 de fev. 2017.

CARNEIRO, Livia Rosany de Almeida. KOLLETT, Miralva Brito Costa. ALVES, Selmo dos Santos. GOMES, Rilândia Lima Santos. **A Importância do Lazer para a Autoestima da Pessoa Idosa Institucionalizada**. Disponível em: <<http://apps.cofen.gov.br/cbcent/sistemainscricoes/arquivosTrabalhos/I48062.E11.T8950.D7AP.pdf>>. Acesso em: 19 de ago. 2016.

CAMARANO, Ana Amélia. KANSO, Solange. **As Instituições de Longa Permanência para idosos no Brasil**. R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 233-235 jan./jun. 2010.

CASARA, Miriam Bonho. CORTELLETI, Ivonne A. HERÉDIA, Vania B. M. Institucionalização do Idoso: Identidade e Realidade. **Idoso Asilado: um estudo**

**gerontológico** / orgs. Ivonne A. Cortelleti, Miriam Bonho Casara, Vania B. M. Herédia – Caxias do Sul, RS: Educs/ Edipucrs, 2004.

CASARA, Miriam Bonho. CORTELLETI, Ivonne A. HERÉDIA, Vania B. M. O asilamento sob o olhar de histórias de vida. **Idoso Asilado: um estudo gerontológico** / orgs. Ivonne A. Cortelleti, Miriam Bonho Casara, Vania B. M. Herédia – Caxias do Sul, RS: Educs/ Edipucrs, 2004.

DAWALIBI, Nathaly Wehbe. ANACLETO, Geovana Mellisa Castrezana. WITTER, Carla. GOULART, Rita Maria Monteiro. AQUINO, Rita de Cássia de. Campinas, 2013. **Envelhecimento e qualidade de vida: análise da produção científica da SCIELO**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v30n3/v30n3a09.pdf>>. Acesso em: 19 de ago. 2016.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. -3. Ed. rev. e ampl. – São Paulo: Atlas, 1995.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FECHINI, Basílio Rommel Almeida. TROMPIERI, Nicolino. **O Processo de Envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos**. Inter Science Place. Revista Científica Internacional. ISSN: 1679-9844. Ed. 20, v-1, artigo nº. 27, janeiro/março, 2012. Disponível em: <<http://www.fonovim.com.br/arquivos/534ca4b0b3855f1a4003d09b77ee4138-Modifica----es-fisiol--gicas-normais-no-sistema-nervoso-do-idoso.pdf>>. Acesso em: 15 de mai. 2017.

FILHO, Paulo Celso Prado Telles. FILHO, José Fernando Pretilli. **Causas da Inserção de Idosos em uma Instituição Asilar**. Esc. Anna Nery R. Enferm. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 119-133 abr. 2002.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa** / Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**.- 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIRALDI, Rita. LEITE, Edson. **Reflexões sobre planejamento urbano, lazer e turismo como instrumentos para a qualidade de vida**. Anais do VI seminário de Pesquisa em Turismo de Mercosul. Universidade de Caxias do Sul, 9 e 10 de julho,

2010. Disponível em:  
[http://www.ucs.br/ucs/tp1SeminTur2010/eventos/seminario\\_de\\_pesquisa\\_semintur/ais/qt11/arquivos/11/Reflexoes%20sobre%20planejamento%20urbano,%20lazer%20e%20turismo%20como.pdf](http://www.ucs.br/ucs/tp1SeminTur2010/eventos/seminario_de_pesquisa_semintur/ais/qt11/arquivos/11/Reflexoes%20sobre%20planejamento%20urbano,%20lazer%20e%20turismo%20como.pdf). Acesso em: 09 de mai. 2017.

GRESSLER, Alice Lori. **Introdução à Pesquisa: Projetos e Relatórios**. - 2. ed. rev. Atual. São Paulo: Loyola, 2004, p. 295.

GOMES, Alessandra Alves. **O morar dos idosos nas Instituições de Longa Permanência: o caso dos casais residentes na Instituição Nosso Lar em Nanto André/SP**. Dissertação de Mestrado. PUC/SP, 2009.

GUERRA, Yolanda. “A Dimensão Investigativa no Exercício profissional”. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, s.d.

HOFF, Luíza Rutkoski. **Público e privado na Política de Saúde Mental: inflexões de “um mundo à parte”**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

Konder, Leandro. **O que é dialética** / São Paulo : Brasiliense, 2008. — (Coleção Primeiros Passos : 23).

LAFIN. Silvio Henrique filippozi. Asilos: Algumas reflexões. **Idoso Asilado: um estudo gerontológico** / orgs. Ivonne A. Cortelleti, Miriam Bonho Casara, Vania B. M. Herédia – Caxias do Sul, RS: Educus/ Edipucrs, 2004.

LEMONS, Daniela. PALHARES, Fernanda de. PINHEIRO, João Paulo. LANDENBERGER. **Velhice**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/tempo/velhice-texto.html>>. Acesso em: 09 dez. 2015.

MACEDO, Aruza Albuquerque de. SILVA, Cleyton Barreto de. **A Fundamentalidade dos Direitos Sociais**. 2010. Disponível em: [http://www.uni7setembro.edu.br/recursos/imagens/File/direito/ic/v\\_encontro/afundamentalidadedosdireitossociais.pdf](http://www.uni7setembro.edu.br/recursos/imagens/File/direito/ic/v_encontro/afundamentalidadedosdireitossociais.pdf)>. Acesso em 05 de fev. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa** / 2.ed. Sao Paulo,SP: Atlas, 2008.



MEISTER, José Antonio Fracalossi. Lazer e prazer é só fazer. **Lazer, realização do ser humano: uma abordagem para além dos 60 anos/org.** Beatriz Dornelles e Gilberto José Corrêa da Costa. - Porto Alegre: Editora Dora Luzzato, 2005.

MORAES, João Feliz Duarte de. Lazer e qualidade de vida do idoso. **Lazer, realização do ser humano: uma abordagem para além dos 60 anos/org.** Beatriz Dornelles e Gilberto José Corrêa da Costa. - Porto Alegre: Editora Dora Luzzato, 2005.

MORI, Guilherme. SILVA, Luciane Ferreira da. **Lazer na Terceira Idade: Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida.** Motriz, Rio Claro, v.16 n.4 p.950-957, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/motriz/v16n4/a15v16n4.pdf>>. Acesso em: 19 de ago. 2016.

MOURA, Giselle Alves de. SOUZA, Luciana Karine de. **Prática de Lazer de Idosos Institucionalizados.** Movimento, Porto Alegre, v. 19, n. 04, p. 69-93, out/dez de 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/36131/27445>>. Acesso em: 05 de mai. 2017.

NEVES, Helena Marisa Figueira. **Causas e Consequências da Institucionalização de Idosos.** Estudo tipo série de casos. Covilhã, Outubro de 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Tavares, Raquel (tradutora). **Direitos Humanos e Serviço Social: Manual Para Escolas e Profissionais de Serviço Social.** Lisboa, 1999.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no Capitalismo: Contribuição à Crítica de Matrizes Teóricas e Ideológicas Conflitantes.** Brasília: PPGPS/SER/IH/UnB, 2013.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <[http://www.cairu.br/portal/arquivos/biblioteca/EBOOKS/SS/Construcao\\_do\\_perfil\\_do\\_assistente\\_social.pdf](http://www.cairu.br/portal/arquivos/biblioteca/EBOOKS/SS/Construcao_do_perfil_do_assistente_social.pdf)>. Acesso em: 26 de jan. 2017.

PESSÔA, Elisângela Maia. **Políticas Sociais Alternativas À Institucionalização De Idosos Em Municípios Da Região Das Missões No Rio Grande Do Sul.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Porto Alegre: PUCRS, 2007.

PESSÔA, Elisângela Maia. **Assistência Social ao Idoso Enquanto Direito de Proteção Social em Municípios do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Porto Alegre: PUCRS, 2010.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto. IRIGARAY, Tatiana Quarti. **O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais**. Estudos de Psicologia | Campinas | 25(4) | 585-593 | outubro -.dezembro 2008.

SILVA, Aline Aparecida Nunes da. **Barreiras e Benefícios Encontrados pelos Idosos na Prática de Atividades Físicas em Buritis MG**. Trabalho de Conclusão de Curso II do Curso de Licenciatura em Educação Física do Programa UAB da Universidade de Brasília – Polo Buritis MG, 2014. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9612/1/2014\\_AlineAparecidaNunesDaSilva.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9612/1/2014_AlineAparecidaNunesDaSilva.pdf)>. Acesso em: 13 de mai. 2017.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. **A relação entre planejamento - plano - projeto**. UFU. Disponível em: <[http://escoladegestores.mec.gov.br/site/5-sala\\_planejamento\\_praticas\\_gestao\\_escolar/pdf/u1\\_1.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/5-sala_planejamento_praticas_gestao_escolar/pdf/u1_1.pdf)>. Acesso em: 09 de mai. 2017.

TRINDADE, Jorge Luiz de A. Lazer e Envelhecimento com Dependência. **Lazer, realização do ser humano: uma abordagem para além dos 60 anos/org**. Beatriz Dornelles e Gilberto José Corrêa da Costa. - Porto Alegre: Editora Dora Luzzato, 2005.

VIEIRA, Andréia Gomes Andrade Lima. **A Importância do Estatuto do Idoso na Efetivação do Princípio da Igualdade Material**. Graduada em Direito pela UNORP - São José do Rio Preto - São Paulo, 2011. Disponível em: <[http://institutoprocessus.com.br/2012/wpcontent/uploads/2011/12/7\\_edicao1.pdf](http://institutoprocessus.com.br/2012/wpcontent/uploads/2011/12/7_edicao1.pdf)>. Acesso em: 02 de fev. 2017.

VOSER, Rogério da Cunha. Gonzales, Jane da Silva. CRUZ, Alexandre Manica da. **Lazer, realização do ser humano: uma abordagem para além dos 60 anos/org**. Beatriz Dornelles e Gilberto José Corrêa da Costa. - Porto Alegre: Editora Dora Luzzato, 2005.

ZAGO, Luiz Henrique. **O Método Dialético e a Análise do Real**. kriterion, Belo Horizonte, nº 127, p. 109-124, Jun./2013.

## ANEXOS

### Anexo A - Formulário

#### FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

**Instituição:**

**Nome:**

**Função:**

**Tempo de trabalho na Instituição:**

1. O lazer é importante para o idoso institucionalizado? Por qual motivo?
2. O que pode ser considerado Lazer?
3. Quais atividades de lazer são proporcionadas aos idosos nesta instituição?
4. Quantas vezes por semana os idosos tem acesso a lazer?
5. Dentro da equipe da Instituição há profissionais preparados para aplicar atividades de lazer?  
( ) Sim – quais? \_\_\_\_\_  
( ) Não
6. Se não, quem aplica as atividades de lazer?
7. Há um plano sistematizado de oferta de lazer?  
( ) Sim ( ) Não
8. Se sim, como é definido e organizado este plano?
9. Quais os desafios enfrentados pela instituição para que se efetivem atividades de lazer?

## Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O (A) Sr. ° (a) é convidado (a) a participar voluntariamente da pesquisa - **O acesso ao lazer para os idosos institucionalizados em municípios da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul**, que visa a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja. O objetivo geral da pesquisa é analisar se as Instituições de Longa Permanência compreendem a importância do acesso ao lazer para os idosos institucionalizados. As responsáveis pela pesquisa são as pesquisadoras Rosimeri Nardes Dornelles e Elisângela Maia Pessôa, sendo seu número de celular o seguinte: (55) 99601-4478 e (55) 99136-8708, respectivamente. Você tem liberdade de pedir informações adicionais quando quiser, inclusive, por ligações a cobrar. A coleta de dados será realizada mediante entrevista com aplicação de formulário de entrevista, solicita-se que suas respostas sejam gravadas, caso não considere oportuno estaremos procedendo anotação de suas respostas. As informações obtidas ficarão sob responsabilidade das pesquisadoras até a interpretação dos dados, depois serão descartadas conforme parâmetros éticos de orientação. Tais dados serão utilizados para fins acadêmicos podendo ser publicados. Você terá o direito de acessá-los, bem como modificá-los. Os dados retornarão a você em material impresso, após a defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso. Os dados dos participantes serão mantidos em sigilo - sendo as falas indicadas por letras do alfabeto - somente as informações coletadas serão publicizadas. Considerando que as duas instituições pesquisadas são únicas em ambos os municípios os dados ficará explícito quais são as instituições, entendo que a temática a ser abordada não apresenta fórum íntimo, mas explícita a publicização dos serviços, os dados serão apresentados de forma geral sem entrar em particularidades institucionais. A pesquisa trará benefício, visto que conhecer tal aspecto referente a importância da compreensão das Instituições de Longa Permanência do acesso ao lazer para os idosos institucionais é importante para que os gestores da instituição assim como os funcionários da mesma possam estar ciente deste processo. Enquanto risco poderá sentir desconforto por estar avaliando a instituição nesse caso poderá passar para outra questão ou desistir de participar da pesquisa. Esteja ciente que, como voluntário, você não receberá nenhum valor monetário por sua participação, e também não arcará com nenhum gasto pela pesquisa. Caso aceite participar, assine este documento em duas vias. Uma via ficará com você e a outra será arquivada pela pesquisadora. Ressalta-se que a qualquer momento você tem o direito de desistir de participar da pesquisa, ou retirar seu consentimento, sem sofrer prejuízo algum, nem penalidade.

São Borja, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Pesquisadora Responsável

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/a Entrevistado/a

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/Unipampa – Campus Uruguaiana – BR 472, Km 592, Prédio Administrativo – Sala 23, CEP: 97500-970, Uruguaiana – RS. Telefones: (55) 3911 0200 – Ramal: 2289, (55) 3911 0202. Telefone para ligações a cobrar: (55) 8454 1112. E-mail: [cep@unipampa.edu.br](mailto:cep@unipampa.edu.br)